



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA • Leisa Brasil MAR 2011 • vol. 8 n. 1



Juventude na
construção da
agricultura do futuro

Editorial

Período de transição entre a infância e a idade adulta, a juventude corresponde ao momento do ciclo de vida em que o indivíduo constrói progressivamente sua autonomia com relação aos pais. Como toda transição, trata-se de uma etapa marcada por indefinições e inseguranças quanto ao futuro, impelindo a juventude a assumir uma postura ativa na escolha de caminhos que se desenham nos seus horizontes de possibilidades culturais, ideológicas e econômicas. Mas as incertezas vivenciadas pelos jovens contemporâneos apresentam-se ainda mais agudas pelo fato de se processarem em um mundo também em transição, marcado pelas rápidas e profundas mudanças advindas com a globalização. Essa realidade é particularmente sentida pela juventude rural, provavelmente o segmento social mais afetado pelo choque de valores geracionais e pelas mudanças estruturais que incidem nas condições de reprodução de seus meios e modos de vida, nesse caso, como profissionais da agricultura familiar.

Atualmente, quase nove milhões de jovens, entre 15 e 29 anos, vivem no mundo rural brasileiro. Se as tendências das últimas décadas forem mantidas, um em cada três deles tomará o caminho das cidades, acalentando novos projetos de vida. Essa questão tem merecido crescente atenção na agenda de organizações sociais do campo, sobretudo porque em algumas regiões a migração da juventude tem sido massiva e definitiva, o que significa a interrupção dos processos sucessionais nos estabelecimentos familiares. Alguns analistas encaram esse fenômeno como o resultado inelutável de um mundo crescentemente globalizado e competitivo, defendendo por isso a necessidade de crescente profissionalização, na linha do empreendedorismo mercantil, da parcela de jovens com maiores chances de permanecer como agricultores. Mas já são muitas as iniciativas promissoras protagonizadas pela juventude que colocam em xeque esse viés produtivista inerente ao paradigma da modernização. Fazem isso ao descortinarem alternativas econômicas e novas formas de sociabilidade que reafirmam e atualizam o sentido positivo da identidade do agricultor familiar.

O que identifica e dá coerência ao diversificado leque de experiências nesse campo é a combinação de estratégias econômicas agrícolas e não agrícolas que constroem sua viabilidade mantendo elevado grau de autonomia com relação ao capital agroindustrial e financeiro. Ao romper os laços de dependência com as cadeias produtivas do agronegócio, o potencial criativo e o impulso à inovação próprios da juventude são desbloqueados e canalizados para o desenvolvimento de oportunidades de trabalho e renda baseadas na valorização dos recursos econômicos, ambientais e socioculturais presentes nos territórios rurais. É nesse sentido que a Agroecologia vem sendo assimilada por movimentos da juventude rural como referencial teórico e metodológico para a transformação do mundo rural em um espaço acolhedor de afirmação identitária, de construção da cidadania e de novas formas de integração econômica e emancipação social.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.8, n.1
(corresponde ao v. 27, nº1 da Revista Farming Matters)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia –, em parceria com a Fundação Ileia – Holanda.



Rua das Palmeiras, n.º 90, 3º andar
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ileia
PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda
Telefone: +31 (0)33 467 38 75 Fax: +31 (0)33 463 24 10
www.ileia.org

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

José Antônio Costabeber

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase - RJ

Romier Sousa

Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editora convidada para este número – Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Pesquisa – Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Paulo Petersen

Base de dados de assinantes – Carin dos Santos Sousa

Copidesque – Rosa L. Peralta e Gláucia Cruz

Revisão – Gláucia Cruz

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – André Telles, arquivo Action Aid Brasil

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Reproset

Tiragem: 7.500

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04

Editora convidada • Maria de Nazareth Baudel Wanderley

ARTIGOS

08

O protagonismo da juventude no semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB)

Ghislaine Duque e Maria da Glória Batista de Araújo



08

13

Juventude rural e os desafios dos povos e comunidades tradicionais do Sertão Norte mineiro

Samuel Leite Caetano, Aline Silva de Souza, Marilene Alves de Souza e Helen Santa Rosa



13

19

Juventude protagonizando a transição agroecológica no estado do Rio de Janeiro

Iranilde de Oliveira Silva, Diogo de Souza Pinto, Maiza Grabielle Ribeiro Pereira, Fernanda Olivieri de Lima, Luciana Nogueira Fontenele, Selma Fabre Dansi e Lia Maria Teixeira de Oliveira



19

22

Jovens de famílias camponesas: suas realidades e seus sonhos

Maria de Assunção Lima de Paulo



22

26

Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar

Valmir Luiz Stropasolas



26

30

Agrobiodiversidade abre novas perspectivas para a juventude camponesa dos Andes

Sarah-Lan Mathez-Stiefel, Cecilia Gianella Malca e Stephan Rist



30

36

A juventude na agenda da Fetraf

Eliane Oliveira, Daniela Celuppi e Diego Sigmar Kohwald

38

Publicações

39

Agroecologia em Rede

Este número da *Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia* é dedicado à juventude rural. Antes de qualquer apresentação de experiências ou análise da questão, será necessário esclarecer três questões: o que entendemos por *rural*; como definimos *juventude* e em que medida os jovens rurais se distinguem da juventude como um todo.

A definição de rural que pretendemos adotar é a que leva em conta os 30 milhões de indivíduos que habitam as áreas rurais, segundo dados do Censo de 2010. Assim sendo, compreendemos o mundo rural enquanto um lugar de vida, isto é, um lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e de onde se vê e se experimenta o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

No Brasil, a grande maioria dos habitantes do campo é formada por indivíduos ou grupos que mantêm, sob formas distintas, um vínculo patrimonial com a terra, da qual extraem sua subsistência no presente e garantem sua reprodução no futuro. Trata-se, mais especificamente, de famílias de agricultores e extrativistas e de comunidades tradicionais de variadas origens. Esses espaços rurais e essas populações se caracterizam pela sua grande diversidade econômica, social e cultural, o que exige a compreensão de cada contexto particular. Ao mesmo tempo, o mundo rural não é um mundo isolado, que possa ser entendido como uma realidade autônoma. Ao contrário, uma das dimensões importantes a considerar é, precisamente, os processos de sua integração à dinâmica da economia e da sociedade nacionais, na medida mesma em que ele é o resultado da forma como esta sociedade está organizada, das suas contradições e dos projetos de desenvolvimento que estão em curso.

Vale registrar, desde já, que estas reflexões estarão voltadas mais diretamente para os jovens rurais que pertencem a famílias de agricultores, embora a vivência dos que pertencem a comunidades tradicionais de origem étnica ou cultural incorpora outros elementos que não podem ser desconsiderados. Nesse sentido, para compreender a situação atual da juventude rural, bem como suas perspectivas futuras, é preciso levar em conta que esse segmento está inserido numa estrutura social, dominada pela concentração da terra e por uma concepção de desenvolvimento, definida pela modernização conservadora da agricultura. Nesse contexto, o *campo de possibilidades* de outras formas de agricultura, especialmente a agricultura familiar e de outras concepções de desenvolvimento rural, sofre profundas restrições.

Quanto à definição de juventude, cumpre apontar que essa pode ser percebida sob formas bastante distintas. Assim, a título de exemplo: as estatísticas oficiais brasileiras consideram o critério da faixa etária, separando os jovens de 15

a 19 anos e de 20 a 24 anos. Já o movimento sindical aceita em seus departamentos jovens, agricultores e trabalhadores, com até 32 anos. Por sua vez, pesquisas feitas em áreas rurais revelam que, para os habitantes do campo, o tempo de vida não é o único critério para definir se uma pessoa é jovem. Ser solteiro, não ter filhos, viver ainda com os pais podem ser, em muitos casos, referências mais importantes que a simples idade cronológica.

O que parece prevalecer é o fato de que a juventude corresponde ao período de transição entre a infância e a idade adulta, quando o indivíduo não assume ainda plenamente responsabilidades profissionais e de constituição de uma família. No entanto, essa ênfase na formação para a vida futura não implica em desconhecer o tempo presente, no qual os jovens constroem relações que lhe são próprias e vivem experiências singulares.

Quanto à diferenciação entre jovens rurais e urbanos, é importante dizer que os que têm no meio rural seu lugar de vida são, antes de tudo, jovens e, como todos os demais, devem dedicar-se à preparação para o futuro. Porém, suas condições concretas de vida são, sob muitos aspectos, diferentes daquelas conhecidas pelos jovens urbanos, justamente em razão de seu pertencimento a um ambiente social específico – o meio rural – e, muitas vezes, a uma unidade familiar agrícola, com características também específicas.

Para refletir sobre a vida presente e as perspectivas de futuro dos jovens rurais, vamos privilegiar aqui três temas centrais: o trabalho, a escolarização e os projetos de vida.

Ser trabalhador particulariza a condição juvenil de quem vive no campo e pertence a uma família de agricultores. Embora os laços familiares sejam fundamentais para qualquer jovem, quando se trata da família rural é preciso considerar suas especificidades. Afinal, ela não é só uma comunidade afetiva, referência central para a formação do futuro adulto em qualquer situação, mas igualmente uma comunidade de trabalho e de produção.

Os filhos dos agricultores são desde cedo chamados a participar do esforço comum da família para garantir sua sobrevivência e a constituição de um patrimônio familiar. Nesse contexto, os jovens rurais têm uma dupla relação com o trabalho: por um lado, o tempo a ele dedicado deve ser conciliado com o tempo necessário à escolarização; por outro, a própria formação do jovem se realiza pelo trabalho, o que justifica moralmente a sua reprodução. Trata-se, aqui, naturalmente, do trabalho feito no interior do estabelecimento familiar, sob a tutela dos pais, condição essencial para que esse envolvimento se traduza numa efetiva socialização do futuro trabalhador. Não é demais insistir que todo trabalho realizado por crianças e adolescentes para terceiros é ilegal e criminoso.

Esse compromisso de trabalho se realiza de uma forma constante e sua intensidade, que cresce com a idade dos filhos, depende, em quantidade e qualidade, do número e formas de combinação de culturas e criações, bem como do padrão tecnológico adotado em cada estabelecimento. Embora inicialmente estejam submetidos à direção e à tutela dos pais, não é raro que os filhos adquiram progressivamente uma certa influência sobre a tomada de decisões na esfera produtiva. Os distintos agentes de intervenção social – as políticas públicas, as organizações não governamentais e os movimentos sociais – investem nessa capacidade inovadora dos jovens, transmitindo-lhes, através de processos formadores diversos, uma outra concepção de como produzir na agricultura e de como desenvolver o mundo rural.

O trabalho dos jovens não se exerce apenas no interior do estabelecimento familiar. Ainda residindo no mesmo domicílio dos pais, muitos deles têm outras ocupações, seja em estabelecimentos agrícolas de terceiros ou em um setor produtivo distinto. A combinação do exercício de atividades internas e externas ao estabelecimento familiar configura o que se denomina a *pluriatividade* – que, naturalmente, pode envolver não apenas os jovens, mas todos os membros da família.

Alguns estudiosos entendem que *trabalhar fora* expressa uma perda progressiva da importância da agricultura para as famílias rurais, tendo em vista que, em muitos casos, o grau de ocupação e a renda conseguida com as atividades externas são superiores ao que é obtido no estabelecimento familiar. É bem verdade que o trabalho externo dos membros da família ocorre, frequentemente, em situações de insuficiência de renda, consequência, sobretudo, do acesso precário à terra e a outros recursos produtivos e que ameaça a continuidade dessa forma de agricultura. No entanto, pesquisas de campo revelam outras dimensões da pluriatividade. Trata-se do encaminhamento de uma situação que é normal e corriqueira no seio das famílias agrícolas: os jovens, a partir de uma certa idade, tentam encontrar um outro emprego, na agricultura ou fora dela, já pensando em seu futuro profissional. Nesses casos, a pluriatividade pode apontar para o processo de individualização dos jovens em busca de sua própria autonomia, seja visando constituir em breve uma outra família ou se tornar relativamente independente do ponto de vista financeiro (ter seu próprio dinheiro, poder ajudar mais a família etc). Além disso, a pluriatividade é, frequentemente, uma opção definida no interior da própria família, como uma estratégia de reprodução. Constitui-se, assim, um *sistema de atividades* relativamente complexo que, longe de significar uma crise da unidade familiar, supõe a centralidade do seu projeto coletivo.

No que se refere à educação, observa-se uma mudança significativa na percepção das famílias rurais a respeito da importância da escolarização de seus filhos. Pode-se afirmar que o acesso a uma educação escolar de qualidade é, hoje, antes de tudo, uma demanda destas famílias. A escola é, de fato, percebida como a principal via de acesso ao que consideram *um futuro melhor*, tanto para os filhos que partem em busca de ocupações urbanas, quanto para os que permanecerão como agricultores.

A diferença entre o nível de escolarização dos jovens atuais e o da geração dos seus pais, confirma as conquistas da sociedade brasileira no que se refere ao acesso à escola. No entanto, há ainda muito a conquistar quando a questão é a qualidade do ensino ministrado e o enfrentamento de problemas tão graves como o abandono precoce dos estudos. Especialmente no meio rural, as estruturas escolares são sabidamente precárias, ao que se deve acrescentar as dificuldades

de acesso à escola, em razão das, em geral, péssimas condições do transporte escolar.

Entre os jovens rurais, a evasão é agravada pelo seu duplo envolvimento com o trabalho e com os estudos. De fato, as famílias aceitam *liberar* crianças e adolescentes do trabalho familiar. Porém, a partir dos 16 anos, esperam dos filhos uma contribuição maior, seja nas atividades internas ou na geração de renda monetária, por meio de trabalhos externos. A realização dos dois projetos – estudar e trabalhar – nem sempre encontra um ponto de equilíbrio satisfatório. O resultado aparece no reduzido acesso ao ensino médio e no abandono precoce dos estudos, na melhor das hipóteses, após a conclusão do ensino fundamental. Só muito recentemente, com uma certa disseminação de faculdades em cidades do interior, registra-se uma procura mais significativa de jovens rurais pelo ensino superior.

Ainda a respeito da qualidade, a natureza do ensino oferecido aos jovens rurais tem sido objeto de um intenso debate na sociedade brasileira. Há um certo consenso quando se trata de criticar a transmissão de um conhecimento que desconhece e desqualifica a cultura rural na qual os jovens estão inseridos, cuja consequência é o aprofundamento de sentimentos de inferioridade e de isolamento e a afirmação de assimetrias sociais injustificáveis. Contudo, esta postura não pode se traduzir pela reivindicação de uma educação particularizada, voltada apenas para as atividades agrícolas, desconhecendo que as famílias rurais educam filhos também para as cidades e que, sobretudo, têm direito à cultura universal.

Uma unidade familiar de produção tende, pela sua própria natureza, a provocar a saída de um certo número de filhos que não podem ser mantidos no interior do estabelecimento. Em condições normais, uma família com cinco filhos, por exemplo, terá, na geração seguinte, um sucessor no estabelecimento, devendo encontrar para os demais filhos outras formas de encaminhamento profissional. Nesse sentido, a saída dos filhos para outras profissões e para as cidades não expressa necessariamente uma crise da agricultura familiar. Esta ocorre muitas vezes quando, ao contrário, a família não consegue encontrar uma alternativa aceitável para os filhos que têm que partir. Mais preocupante ainda é o que vem acontecendo crescentemente, sobretudo em algumas regiões do país: nenhum filho se interessa ou tem condições de assumir o estabelecimento familiar que, dessa forma, deixará de existir enquanto tal na geração subsequente.

Cabe, naturalmente, aos próprios jovens decidir sobre o seu futuro. Esta decisão, no entanto, é diretamente influenciada por um conjunto de fatores, dentre os quais destacam-se: as próprias condições de cada família (número de filhos, dimensão do estabelecimento, sistemas produtivos, etc); a importância atribuída às tradições referentes à transmissão do

patrimônio familiar, que diferencia o que cabe a cada filho, em função, especialmente, do gênero e da ordem de nascimento; a oferta de ocupações no município onde a família reside, o que pode favorecer a permanência do jovem ou levá-lo a migrar para regiões mais distantes.

No Brasil, o fato de que os processos de urbanização e industrialização não se difundiram de forma homogênea no conjunto da sociedade tem consequências diretas e imediatas sobre os projetos de vida dos jovens rurais. Nas regiões onde predominam pequenas cidades, pouco diversificadas economicamente, as possibilidades de formação são reduzidas e as oportunidades de conseguir, no local, um emprego qualificado são mais restritas, de tal modo que a busca de uma afirmação profissional impõe, frequentemente, a migração. Assim, o momento que, para a maioria dos jovens urbanos, significa apenas um processo de escolha profissional, para os jovens rurais, pode ser carregado de uma tensão muito maior, na medida em que implique a tomada de decisão entre sair ou permanecer próximo a sua família e em seu local de origem.

As numerosas e diversificadas experiências, bem como as pesquisas que vêm se multiplicando nas últimas décadas, estão impregnadas de uma tríplice convicção: o reconhecimento do jovem rural em sua individualidade, como sujeito de direitos, que corresponde a sua situação específica; a afirmação da importância dessa parcela da população do campo para a própria vitalidade das comunidades rurais, no momento presente; a percepção de que são os jovens, hoje em processo de formação, que construirão o mundo rural de amanhã.

Depende desses jovens a reprodução das assimetrias e dos conflitos gerados pela imposição do modelo produtivista de desenvolvimento do campo ou a construção de um outro modelo de desenvolvimento rural sustentável, que faça do mundo rural um efetivo espaço de vida.

O presente número da *Revista Agriculturas* selecionou algumas dessas experiências e pesquisas. Respondendo aos termos da chamada de contribuições, todos os artigos tratam das grandes dificuldades que os jovens rurais enfrentam diante do dilema de encontrar alternativas locais de vida e de trabalho, bem como das iniciativas que as diversas instituições desenvolvem para promover o desenvolvimento rural com os jovens e a partir de suas necessidades e demandas. A riqueza dessas contribuições decorre não só da diversidade regional das experiências e das propostas institucionais referidas, mas, sobretudo, da contribuição que essas instituições e jovens oferecem para a construção do mundo rural do futuro.

O artigo de Ghislaine Duque e Maria da Glória Batista de Araújo, *Protagonismo da juventude no semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB)*, reflete sobre o difícil dilema enfrentado pelos jovens: permanecer no campo ou migrar. Reconhecendo o potencial da juventude camponesa, o Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú paraibano vem desenvolvendo ações com o objetivo de ampliar e reforçar a participação destes jovens nas iniciativas locais de convivência com o semiárido que visam a construção de um território agroecológico em sua área de abrangência.

No artigo *Juventude rural e os desafios dos povos e comunidades tradicionais do Sertão Norte mineiro*, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) apresenta sua experiência de formação de jovens. Segundo seus autores, Samuel Leite Caetano, Aline Silva de Souza, Marilene Alves de Souza e Helen Santa Rosa, trata-se de um programa de formação de jovens lideranças que, ao aplicar a pedagogia da alternância, visa desenvolver práticas produtivas agroecológicas. Dividido em módulos, esse programa incorpora reflexões sobre as práticas dos agricultores e as demandas e as necessidades dos diversos núcleos territoriais participantes.

Experiência semelhante é relatada pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), no artigo *Juventude protagonizando a transição agroecológica no estado do Rio de Janeiro*. Nesse caso, também, a proposta é de um programa de formação de jovens agricultores e agricultoras, baseado na pedagogia da alternância e organizado em torno dos eixos temáticos Reforma Agrária, Juventude, Agroecologia, Cultura e Sociedade.

Os camponeses nativos dos Andes do Peru, apesar da riqueza da agrobiodiversidade de sua região, também enfrentam condições precárias de vida e a tendência à migração para os grandes centros urbanos, que afetam particularmente as perspectivas de inserção dos jovens rurais. O artigo *Agrobiodiversidade abre novas perspectivas para a juventude camponesa dos Andes*, de Sarah-Lan Mathez-Stiefel, Cecilia Gianella

Malca e Stephan Rist informa sobre as iniciativas adotadas pelo programa regional BioAndes, no sentido da criação de alternativas locais, baseadas, precisamente, num enfoque biocultural, que associa as potencialidades da biodiversidade aos processos de fortalecimento cultural das comunidades envolvidas.

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf) apresenta aqui sua percepção sobre a situação e as perspectivas dos jovens rurais. O artigo *A juventude na agenda da Fetraf*, assinado por Eliane Oliveira, Daniela Celuppi e Diego Sigmar Kohwald, enfatiza a necessidade de organização política dos jovens e de formulação de uma pauta de reivindicações que amplie as políticas públicas, de modo a garantir o acesso à terra e a criar condições favoráveis para o processo de sucessão nas propriedades da agricultura familiar.


Este número traz também dois artigos que são fruto de pesquisas acadêmicas, realizadas inicialmente como teses de doutorado. O artigo de Maria de Assunção Lima de Paulo, intitulado *Jovens de famílias camponesas: suas realidades e seus sonhos*, trata da particular situação de jovens agricultores que residem no pequeno município de Orobó, no estado de Pernambuco. Em sua análise, a autora privilegia a condição de trabalhador desses jovens, revelando como as tensões que decorrem da precariedade dos pequenos municípios restringem o campo de possibilidades profissionais, obrigando-os frequentemente à migração.

O segundo artigo, *Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar*, é o de Valmir Luiz Stropasolas. Nele, o autor se dedica à reflexão sobre as razões e as implicações que se observam, na atualidade, a respeito da passagem da propriedade e da direção dos estabelecimentos familiares de uma geração a sua descendência, no Sul do Brasil, mais especificamente no estado de Santa Catarina. Ele constata uma crescente tensão entre os projetos pessoais dos próprios jovens, sobretudo das filhas dos agricultores e as condições do exercício da atividade agrícola, nos quadros da agricultura familiar. O autor reflete, mais particularmente, sobre o enfraquecimento dos processos de transmissão do saber tradicional e propõe que as ações voltadas para o desenvolvimento rural estimulem a construção de espaços capazes de oferecer alternativas locais aos jovens rurais.

Desejamos a todos uma estimulante e proveitosa leitura desta edição!

Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

professora doutora aposentada da Unicamp;
professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE);
bolsista do CNPq



O protagonismo da juventude no semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB)

Ghislaine Duque e
Maria da Glória Batista de Araújo

Atualmente, muitos jovens enfrentam desafios para permanecer no meio rural. O grande desejo de ter uma vida melhor e estável incentiva muitos a deixarem suas origens. No entanto, a migração geralmente tem sido uma alternativa frustrada para a sobrevivência de jovens que saem de suas comunidades.

Essa realidade vem mudando a partir da revalorização do potencial da juventude camponesa na área de atuação do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú paraibano (ou apenas Coletivo), entidade que articula organizações de agricultores e agricultoras familiares camponeses presentes nessas regiões em defesa da agricultura familiar sustentável e segundo o princípio da convivência com o semiárido.

Este artigo se propõe a mostrar como os jovens se inserem na consolidação do território de abrangência do Coletivo, envolvendo-se nas mais variadas atividades com a consciência de que estão colaborando para o futuro da região.¹ Essa, digamos, *missão* lhes dá estímulo e melhora sua autoestima, uma vez que passam a vislumbrar possibilidades concretas para levar uma vida digna ao praticarem uma agricultura em bases agroecológicas.

O contexto socioambiental

O desenvolvimento rural sustentável no semiárido constitui um enorme desafio pelas características naturais e sociais da região. A primeira questão que apontamos, já bem conhecida, está ligada às secas, que se caracterizam não apenas pela limitada pluviometria, mas sobretudo por sua irregularidade.

Mesmo nessas condições, a agricultura familiar continua sendo a atividade geradora de trabalho e renda para boa parte da população rural ativa. É no semiárido que se encontra o maior número de estabelecimentos agrícolas familiares do Brasil. Entretanto, a estrutura fundiária é extremamente concentrada: 42% do número total de unidades familiares do país ocupam apenas 4,2% do total da área agrícola (Censo Agropecuário 1995/96). Para completar o quadro, as elites agrárias detêm as maiores cotas de poder, gerando dependência econômica e política das famílias pobres em relação ao acesso à terra, à água e à segurança e soberania alimentar.

Essa situação é particularmente desafiante no território do Cariri, Seridó e Curimataú paraibano. As condições edafoclimáticas são as mais extremas, a estrutura agrária está entre as mais concentradas e as organizações de produtores caracterizam-se por sua fragilidade e vulnerabilidade frente às estruturas do poder público municipal. Muitas famílias dependem ainda dos grandes proprietários para terem oportunidades de trabalho e *favores* diversos.

Grupo de jovens organizam beneficiamento de frutas da caatinga para geração de renda

Em defesa da *modernização* no campo, o Estado brasileiro incentivou a expansão dos latifúndios de criação de gado na região nos anos 1970 e 1980. Nesse período, os grandes proprietários receberam enormes volumes de crédito subsidiado, intimamente vinculado à adoção de um pacote tecnológico que orientava para a compra de raças exóticas de animais (a raça holandesa, por exemplo), o plantio da algaroba e/ou do capim buffel. Sob o rótulo do *reflorestamento*, essa política gerou profundos e inúmeros efeitos negativos ao ambiente, uma vez que o acesso a esse tipo de crédito resultou na destruição de boa parte da biodiversidade da Caatinga.

O Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú paraibano

O protagonismo da juventude se dá com muita força no Coletivo, organização cuja origem remonta aos anos 1980, quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram forte atuação na região. Seu foco era a evangelização, mas além da fé abarcava as dimensões da política e da ação sociotransformadora. Esse dinamismo foi acompanhado por segmentos progressistas da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e de ONGs que organizaram grupos de evangelização, bancos de sementes comunitários, mutirões para construção e melhoria de reservatórios de água, etc. Essas ações foram se expandindo para comunidades rurais de vários municípios. Mesmo com a desarticulação das CEBs, a ação não parou. Segmentos da Igreja Católica local, o STR de Soledade e ONGs, como o Patac e a Pracasa, continuaram de-

¹ Agradecemos à Raquel e Luciana pela sua preciosa colaboração.

envolvendo atividades voltadas para melhorar a qualidade de vida dos camponeses, principalmente por meio da construção (ou melhoria) de equipamentos de armazenamento de água de chuva, a exemplo das cisternas de placas, da criação de Fundos Rotativos Solidários (FRSs) e de Bancos de Sementes Comunitários (BSCs).

Conforme as iniciativas de convivência com o semiárido se irradiavam, foi se configurando, no município de Soledade, um espaço de gestão participativa denominado *Coletivo Municipal de Educação Solidária de Soledade e Entorno*. Formado em 1998 por agricultores experimentadores e lideranças, sua primeira ação coletiva foi a gestão de recursos dos FRS.

Esse espaço de gestão participativa se ampliou à medida que comunidades rurais e famílias agricultoras assessoradas pelo Patac realizavam atividades de intercâmbio de experiências e de conhecimentos. Em 2004, essa rede se fortaleceu com o aumento da experimentação agroecológica orientada para valorizar as riquezas locais. Suas iniciativas foram sendo cada vez mais reconhecidas, tais como a disseminação de práticas de conservação e o uso dos recursos naturais (com ênfase no resgate e na valorização das sementes locais², assim como na produção e estocagem de forragem diversificada); captação da água de chuva e uso sustentável das águas para consumo humano e produção vegetal e animal; uso e conservação da biodiversidade local. São práticas até hoje fundamentais e estratégicas para a permanência das famílias e

para o enfrentamento dos períodos de estiagem prolongada, mas, sobretudo, são formas de resistência e luta em defesa da cultura e do modo de vida camponês no semiárido.

É desse movimento de resistência e luta que foi se constituindo a identidade do Coletivo. Em alguns anos se agregaram progressivamente associações comunitárias, STRs, igrejas e entidades de apoio de aproximadamente 300 comunidades rurais de dez municípios do semiárido paraibano³. Consolida-se, assim, um grupo para defender um projeto político e técnico que fortaleça redes locais de inovações agroecológica, contrapondo-se ao modelo que separa a agricultura da natureza.

O Coletivo também atua junto à Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), à Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o que permite que as famílias participem de debates e ações num nível muito mais amplo. Esse processo de organização é marcado pela participação e interatividade dos jovens de várias comunidades rurais.

Temas mobilizadores

Em 2006, a partir de um processo de formação e reflexão sobre as principais ações estratégicas que estavam mo-

² De tão apreciadas pelos agricultores, são chamadas de *sementes da paixão*.

³ Soledade, Juazeirinho, Santo André, Gurjão, São João do Cariri, São Vicente do Seridó, Cubati, Olivedos, Pedra Lavrada e Pocinhos.

Estado da Paraíba com destaque para o território de atuação do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú



bilizando os agricultores e agricultoras e suas organizações na região, foram identificados três temas mobilizadores: água; criação animal; e sementes, plantas e frutas. Foram criadas então suas respectivas comissões temáticas, visando melhor organizar a gestão participativa do Coletivo e contando com forte participação dos jovens.

Cada comissão se reúne uma vez por mês, promovendo encontros itinerantes nas comunidades para planejar e monitorar as ações, num ambiente de diálogo entre agricultores(as), lideranças e técnicos(as).

Nessas oportunidades são aprofundadas questões que ameaçam a agricultura familiar camponesa, tais como: transgênicos, agrotóxicos e transposição das águas do rio São Francisco. Essas reuniões também tratam de assuntos como diversificação agrícola e dos criatórios; produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo; resgate, conservação e uso de variedades locais – as sementes da paixão; gestão sustentável das águas; produção e estoque diversificado de forragem; acesso aos mercados locais; etc.



Jovens do Coletivo em campanha pelos Guardiões das Sementes da Paixão

O envolvimento dos jovens

Os jovens começaram a se envolver em compromissos sociais a partir de seu engajamento na pastoral. Hoje, assumem responsabilidades nas comissões temáticas do coletivo, participando de suas reuniões de avaliação e planejamento. Há também representantes dos jovens integrando a coordenação do Coletivo, que tem o papel de articular as ações promovidas, assim como de representá-lo institucionalmente.

Mas os jovens não deixaram de contribuir nas suas comunidades e municípios, nos sindicatos, nas paróquias e, finalmente, na ASA. O papel deles nas diversas instâncias organizativas do Coletivo consiste em mobilizar outros jovens e a comunidade em geral, monitorar atividades e levantar dados (número de bancos de sementes, por exemplo), contribuir na elaboração de estratégias para aperfeiçoar os processos de formação e desenvolver atividades específicas, como experimentação ou beneficiamento de frutas.

Na Comissão Água, por exemplo, os jovens assumem responsabilidades na coordenação e também como instrutores nas oficinas de gerenciamento de recursos hídricos. Na Comissão Criação Animal, acompanham as atividades de formação e monitoram a produção, o beneficiamento e os estoques de forragens armazenados em silos e fenos, bem como o número de comunidades e de famílias envolvidas nessas atividades. Já na Comissão Sementes, Plantas e Frutas, dedicada ao manejo sustentável da biodiversidade, contribuem para o resgate de variedades de sementes locais que foram selecionadas e cultivadas por várias gerações de agricultores.

Nos últimos três anos, aliás, os jovens têm desempenhado papel expressivo no processo de formação sobre a recuperação e a valorização das sementes da paixão e, ao mesmo tempo, têm atuado para construir uma consciência coletiva crítica e ativa frente às iniciativas que põem em risco as variedades locais e a biodiversidade nativa. Na prática, dedicam-se ao levantamento e inventário das sementes e das plantas da caatinga, sistematizando conhecimentos sobre seus diversos usos. Nessa área de atuação, o uso e a conservação das plantas medicinais é um campo particularmente importante; os jovens participaram da identificação de mais de 200 espécies usadas na prevenção e no tratamento de doenças das famílias e dos rebanhos.



Jovens organizam experimentação com pequenos animais

Além disso, estão identificando e mapeando os *guardiões* do patrimônio genético que conservam raças de animais ou plantas raras. Nesse processo, foram identificadas 117 guardiãs e guardiões de mais de 90 espécies de plantas cultivadas, sendo 51 de plantas medicinais e frutíferas. Identificaram também três guardiões e guardiãs de raças animais que atualmente estão sob risco de extinção na região.

Outra frente de atuação dos jovens é o beneficiamento e a comercialização da produção. Sete grupos, constituídos principalmente por jovens e mulheres, estão valorizando frutas nativas e naturalizadas, tais como umbu, caju e acerola, para a produção de polpas, doces, geleias, sucos e compotas. Essa produção beneficiada destina-se tanto ao consumo das famílias como à venda para o mercado local e para o mercado institucional por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Igualdade de gênero e permanência no campo: temas para a juventude

Em meio aos esforços do Coletivo para promover a igualdade de gênero, a participação dos jovens tem sido fundamental, um vez que mais da metade deles é composta por mulheres. Seu papel vem sendo reconhecido por todos, pois estão comprovando sua capacidade de atuar na organização, articulação, construção e condução de um processo de desenvolvimento sustentável na região. Dessa forma, no interior de suas famílias, embora ainda predomine a dominação mas-

culina dos adultos, as intervenções dos jovens articulados à dinâmica do Coletivo já ganham destaque.

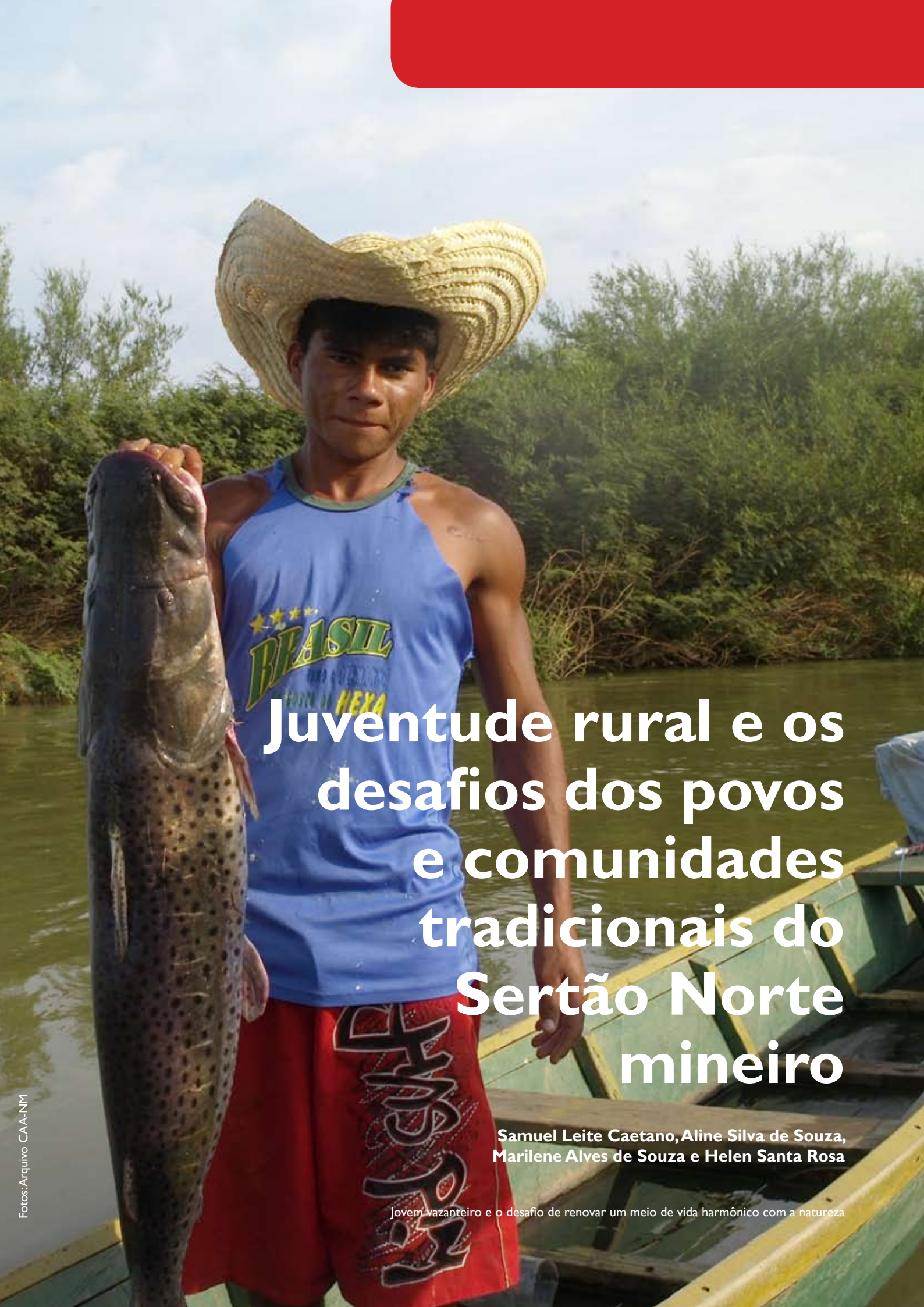
Entretanto, resta ainda o desafio de fortalecer o protagonismo juvenil nas escolas, que sequer valorizam a cultura da agricultura familiar. Nesse espaço, questionam-se as perspectivas para a permanência dos jovens no campo em razão das limitadas dimensões das propriedades (consequência da partilha por herança) e da falta de investimentos públicos que possibilitem alternativas de trabalho e renda.

Mas muitos já perceberam que as inovações técnicas orientadas pela perspectiva agroecológica permitem valorizar ao máximo os espaços reduzidos das parcelas e, diante disso, vários jovens declararam querer permanecer no campo.

Por fim, é importante frisar que, ao participarem ativamente da construção de um *território agroecológico*, os jovens expressam e reafirmam a existência e a continuidade histórica da agricultura familiar camponesa, assim como as capacidades locais de conduzir projetos de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia no semiárido paraibano.

Ghislaine Duque
professora de sociologia,
pesquisadora do CNPq e membro da diretoria do Patac
ghduque@uol.com.br

Maria da Glória Batista de Araújo
coordenadora do Patac
gloria@patac.org.br

A young man wearing a large, wide-brimmed straw hat and a blue tank top with 'BRASIL' and 'HEXA' printed on it is standing on a boat. He is holding a large, spotted fish vertically in his right hand. The background shows a river with green foliage on the banks under a cloudy sky. A red decorative shape is in the top right corner.

Juventude rural e os desafios dos povos e comunidades tradicionais do Sertão Norte mineiro

Samuel Leite Caetano, Aline Silva de Souza, Marilene Alves de Souza e Helen Santa Rosa

Jovem vazanteiro e o desafio de renovar um meio de vida harmônico com a natureza



processo desenvolvimentista que adentrou o Sertão Norte Mineiro, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, provocou conflitos e a desestruturação de economias locais, ecossistemas e de uma diversidade de sistemas culturais de produção associados aos cerrados, caatingas, mata seca e vazantes do São Francisco. Se uma violência explícita provocou a expulsão de milhares de camponeses das suas terras, outra silenciosa, quase invisível mas não menos cruel, ocorria quando eles, encurralados pelo latifúndio, fazendas de gado e empresas de reflorestamento, ou endividados, com terrenos desgastados ou contaminados por um sem número de agrotóxicos, deixavam seu lugar e migravam rumo às luzes das cidades, à procura de dias melhores, de acesso à saúde ou estudo para seus filhos.

Tal situação acabou gerando laços de solidariedade entre camponeses, organizações sociais, lideranças locais e técnicos do Norte de Minas e pessoas e organizações de outros estados da federação. De um seminário realizado em Montes Claros no ano de 1985, organizado pela Casa de Pastoral Comunitária e a Rede PTA/Fase, surgiu a primeira proposta do que viria a ser o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que segue ao lado das organizações e comunidades de agricultores e agricultoras familiares da região, apoiando e acompanhando-os em seus espaços de participação e ação.

Entre as variadas atividades desenvolvidas pela instituição, estruturou-se um programa de formação de jovens lideranças orientado para incentivar métodos de produção baseados em uma lógica que enfatiza a otimização dos recursos naturais e que permite conciliar as plantações com a natureza sem perder em produtividade ou qualidade. Entretanto, quando o CAA-NM realizou o seu primeiro programa de formação de jovens, em 1993, não tinha

o entendimento da agricultura familiar da região como uma população tradicional. Foi ao incorporar essa percepção que se decidiu convidar para os cursos seguintes pessoas mais idosas vindas das diferentes ecorregiões do Norte de Minas: das chapadas e platôs da Serra do Espinhaço, passando por suas encostas, atingindo as planícies sãofranciscanas, indo mais além, até os planaltos do São Francisco em sua margem esquerda.

O programa de formação tinha a duração de um ano, era realizado em seis módulos de cinco dias e adotava como proposta metodológica a pedagogia da alternância, com base em temas geradores que articulavam-se nos campos da Agroecologia, estudos sociais e saúde humana. Entre os módulos, os alunos executavam um plano de atividades em suas propriedades ou comunidades e se preparavam para o módulo seguinte buscando informações e conhecimentos na família ou com pessoas mais velhas e experientes da comunidade.

Além dos alunos capacitados, esse programa deixou como saldo um novo entendimento que orientou e ainda vem orientando o CAA-NM em sua trajetória de 25 anos ao lado dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas. Um entendimento que veio mudando significativamente a postura pedagógica da instituição, que passou a considerar as contribuições da etnoecologia e da antropologia para interatuar com os grupos sociais da região. Atualmente, muitos dos jovens que passaram pelos processos de formação compõem o quadro de sócios da instituição.

Em uma assembleia extraordinária da entidade, os agricultores e agricultoras associados defenderam a necessidade de organização de outro curso com o objetivo de reatualizar a inserção da juventude nas lutas dos povos e comunidades tradicionais do Sertão Norte Mineiro. Salientaram a necessidade de refletir sobre questões semelhantes às que foram abordadas na formação anterior, entre elas os grandes projetos de monocultivo do eucalipto, de pecuária de corte e leite e de mineração. As grandes empresas desses setores, na maioria multinacionais, têm encurralado a agricultura familiar ao expropriarem seus territórios para implantar suas atividades econômicas, que ainda se beneficiam de incentivos fiscais dados pelos governos municipais, estadual e federal.

Ao reconhecer que esse processo de expropriação do território é responsável pela destruição das riquezas naturais e culturais que garantem o futuro dos povos da região, os agricultores argumentaram que a formação deveria conciliar o conhecimento técnico com o saber local de modo a preparar os jovens para

assumirem funções estratégicas na luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais.

Tendo esses elementos como base, o CAA-NM executou, em 2010, um programa de formação de novas lideranças. Para tanto, adotou os seguintes critérios de seleção dos participantes: ser indicado por uma organização do núcleo territorial que assuma o compromisso de garantir o envolvimento do jovem em suas atividades locais; ter idade acima de 18 anos (um critério que foi flexibilizado); ser filho de agricultores e residir na comunidade; possuir escolarização mínima (o nono ano foi a referência); ter disponibilidade para garantir a frequência. Além desses critérios gerais, a composição do grupo foi feita buscando garantir a equidade de participação entre homens e mulheres.

Os módulos foram realizados de forma itinerante nos núcleos territoriais com o objetivo de propiciar aos formandos o conhecimento das várias realidades do Norte de Minas, além de possibilitar o intercâmbio de experiências produtivas e de acesso a mercados. Outro princípio adotado durante as atividades de formação foi a valorização de produtos locais na alimentação, servindo pratos típicos e realizando noites culturais com manifestações próprias do núcleo territorial. Cada núcleo – Alto Rio Pardo, Serra Geral, Gerais da Serra Geral, Baixada Sãofranciscana e Planalto Sãofranciscano – selecionou oito jovens segundo critérios definidos com o grupo. As temáticas abordadas levaram em consideração o contexto histórico local e regional e foram se adequando na prática dos agricultores em seus núcleos territoriais. Os módulos seguiram a seguinte ordem:

Módulo I: Apresentação, identidade cultural, equidade de gênero e geração e práticas de manejo e conservação de solos

Este primeiro módulo, realizado no território Gerais da Serra Geral, no município Riacho dos Machados, Assentamento Tapera, teve por objetivo criar um ambiente de interação e socialização para a boa convivência da turma. Vieram jovens vazanteiros, quilombolas, indígenas, caatingueiros e geraizeiros. A comunidade do assentamento responsabilizou-se pela logística, acolhendo os jovens. Tendo em vista a diversidade cultural dos participantes, foi necessário um momento de autorreconhecimento individual, onde cada um expôs sua história pessoal. Foi possível também fazer



A interação com agricultores mais idosos na revalorização dos saberes tradicionais

a leitura sobre equidade de gênero e geração, participação social, grau de instrução e em qual identidade o jovem se percebe. Foram também realizadas práticas de manejo e conservação de solos em um dos lotes do assentamento. Para finalizar, os participantes foram orientados a desenvolver umas das atividades em seus territórios antes de iniciar o módulo seguinte.

Módulo II: Boas práticas, gestão administrativa e regularização das unidades de beneficiamento

Foi realizado no Território da Serra Geral, município de Porteirinha, onde se localiza uma unidade de beneficiamento da Cooperativa Grande Sertão. As atividades se iniciaram com a acolhida dos participantes e a apresentação dos trabalhos intermodulares.

Os jovens da Reserva Indígena Xakriabá fizeram o repasse dos conteúdos do módulo anterior por meio da realização de palestras nas escolas das aldeias. Os

da região de Grão Mogol e Tapera organizaram a produção de um composto orgânico que será utilizado nas propriedades. Os da Serra Geral visitaram um banco de conservação de sementes crioulas com o intuito de orientar outros jovens sobre tal prática, enquanto os do Alto Rio Pardo orientaram jovens assentados sobre a estruturação de canteiros que consomem pouca água, conservando-se úmidos por maior tempo. Já o grupo da região de Montes Claros acompanhou a implantação de uma unidade do projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Pais) e visitou o Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o objetivo de aperfeiçoar o conhecimento e repassá-lo para outros jovens.

A metodologia desse módulo baseou-se em aulas dialogadas com a apresentação de slides sobre a Cooperativa Grande Sertão, com destaque para a importância econômica do empreendimento. Em seguida, houve debates sobre aspectos relacionados à regularização e à gestão das unidades de processamento. Para complementar o módulo, foram visitadas duas unidades de beneficiamento, sendo uma de processamento de leite, da Cooperativa Cristal e outra de processamento de mel e frutas. Por fim, foram discutidas as atividades intermodulares a serem realizadas e foi feita a avaliação do módulo.

Módulo III: Formação sociopolítica: história regional, direitos sociais, gênero, movimentos sociais, populações tradicionais

Realizado no município de Rio Pardo de Minas, na comunidade rural de Vereda Funda, o módulo teve início



Participantes do curso de formação

com as apresentações dos trabalhos intermodulares, que consistiam em identificar e mapear quais empreendimentos existiam nas comunidades e quantas pessoas estavam envolvidas, além de analisar quanto cada um gera de renda aos integrantes da atividade. As apresentações foram feitas por território e demonstraram a grande diversidade e quantidade de produtos e a forma com que os mesmos podem ser processados.

Poucas unidades de beneficiamento foram identificadas na região, pois a maioria dos agricultores trabalha no âmbito das unidades familiares ou em pequenos grupos, sem organização jurídica ou caráter comercial. Verificou-se, portanto, que, em geral, a produção visa o autoabastecimento, com o excedente sendo comercializado em feiras livres locais. Os grupos avaliaram que todas as atividades desenvolvidas são economicamente viáveis, mas ressaltaram que o aprimoramento das mesmas exigiria melhoria nas práticas de gestão e planejamento.

A comunidade que acolheu os jovens apresentou uma exposição sobre sua luta pela reapropriação dos territórios em que vivem, ressaltando que pela primeira vez em Minas Gerais houve a reconquista de terras expropriadas por empresas reflorestadoras. Também foram ressaltados alguns impactos negativos da implantação das monoculturas de árvores na região, tais como a mudança abrupta da paisagem com o avanço dos maciços florestais, a queda na qualidade do solo, o escasamento das fontes de água, a diminuição dos espaços para o manejo dos animais, entre outros.

Após essa contextualização, os jovens foram agrupados por origem territorial para analisarem criticamente a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. O objetivo foi promover a reflexão sobre a importância das identidades culturais no atual contexto de crise social e ambiental de escala planetária e de busca por alternativas socioeconômicas sustentáveis. Para isso, foi importante ressaltar as diferentes estratégias de vida da agricultura camponesa (indígenas, geraizeiros, quilombolas, vazanteiros, caatingueiros), em especial o seu vínculo



Atividade prática entre os módulos de formação

estreito com os territórios onde vivem por meio de circuitos econômicos locais.

Como atividade prática, foi realizada visita a uma chácara de café sombreado que vinha sendo manejada há dois anos e que já comprovava a possibilidade de conciliar a produção econômica com o mínimo de impactos ambientais, assegurando a manutenção da cultura local e a permanência dos jovens agricultores em seus territórios.

Módulo IV: Políticas e programas públicos, controle social, gestão, formulação de propostas para ações com a juventude

Esse módulo foi desenvolvido na Aldeia Xakriabá, onde o grupo de jovens foi recebido com danças e rituais típicos e com o relato do cacique sobre a história de luta pela terra. Com o fortalecimento da aldeia, essa luta resultou na eleição e posterior reeleição do primeiro prefeito indígena do Brasil.

As atividades intermodulares foram dedicadas ao levantamento da história de cada território. As apresentações dos resultados ressaltaram muitos aspectos comuns, como a maior abundância de terra e de água no passado, o meio de vida baseado no agroextrativismo associado à criação de animais e as drásticas mudanças ocorridas com o avanço da lógica produtiva do agronegócio na região.

O exercício seguinte foi realizado em grupos. A partir de algumas questões orientadoras, foram identificados os programas e políticas públicas que vêm sendo implementados nos territórios, bem como as instituições responsáveis pela sua execução. Em seguida, houve uma apresentação sobre as



Alunos executam plano de atividades em suas propriedades ou comunidades como forma em preparação para módulos de formação

ações públicas, procurando diferenciar as políticas dos programas públicos. Como exemplo, deu-se destaque à comparação entre as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que são realizadas como uma política de Estado e, portanto, garantidas por lei de forma independente do governo, e o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC) que, apesar de sua importância para a população do semiárido, pode ser interrompido em função de novas prioridades assumidas por futuros governos.

Foi no contexto desse debate que se ressaltou a importância das organizações da sociedade civil na orientação das políticas públicas. Para dar objetividade à discussão, foram ilustradas as relações entre Estado e sociedade a partir das ações promovidas pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil).

Módulo V: Comercialização, economia e mercados

O último módulo ocorreu na Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (Aefa) do CAA/NM. Os trabalhos intermodulares foram dedicados à formulação de propostas de atuação junto à juventude rural. Durante a apresentação, foi enfatizado que o maior problema enfrentado pela maioria dos jovens refere-se ao fato de não conseguirem tirar seu sustento das atividades a que se dedicam nas propriedades de suas famílias e tampouco têm muitas oportunidades de trabalho e renda em suas comunidades. Dessa forma, a migração para grandes centros tem sido a alternativa encontrada,

sobretudo com o forte sentimento de desvalorização cultural da identidade do agricultor e da agricultora. Para lidar com esse problema, apontaram a necessidade de políticas públicas específicas para esse segmento social da agricultura familiar. Segundo a avaliação do grupo, há um descaso dos poderes públicos municipal, estadual e federal com relação à problemática específica da juventude rural. Conforme Edson Lucas, jovem de Serra Geral: *Existem alguns programas que no papel são uma beleza, mas a burocracia e a má circulação das informações nos impossibilitam de acessá-los.*

Após o debate sobre perspectivas de acesso a políticas públicas e tendo como pano de fundo a apresentação da experiência da Cooperativa Grande Sertão, organizou-se um trabalho em grupo para que os jovens analisassem os potenciais econômicos de cada território, com a exposição de produtos para o mercado. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi apontado como uma das oportunidades mais promissoras de inserção no mercado para a agricultura familiar.

Após a conclusão do programa, o CAA/NM assumiu o compromisso de que as futuras ações desenvolvidas pela instituição deverão assegurar a participação da juventude rural.

Samuel Leite Caetano

historiador e coordenador do II Programa de Formação de Jovens CAA-NM
samuelcaa@gmail.com

Aline Silva de Souza

socióloga
aline.silvadesouza@gmail.com

Marilene Alves de Souza

bióloga, mestranda em Desenvolvimento Social
lenacaa@gmail.com

Helen Santa Rosa

edição de fotos e depoimentos
helencaa@gmail.com

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA COSTA, João Batista de. **Revista Verde Grande**, v. 1, n. 3 – Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira, 2006.
- DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001, p.11-56.
- LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, p. 189-272. Disponível em: <<http://www.caa.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.



Jovens educandos do Programa Interveniência Universitária

Juventude protagonizando a transição agroecológica no estado do Rio de Janeiro

Iranilde de Oliveira Silva, Diogo de Souza Pinto, Maiza Grabielle Ribeiro Pereira, Fernanda Olivieri de Lima, Luciana Nogueira Fontenele, Selma Fabre Dansi e Lia Maria Teixeira de Oliveira

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), a partir do acúmulo de práticas e experiências de grupos organizados nas diferentes regiões do estado, identificou demandas de formação e capacitação de jovens agricultores e agricultoras. Para responder, em termos político-acadêmicos, a essa demanda específica, a AARJ procurou a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com o objetivo de estabelecer uma parceria para a execução do projeto *Campo e Campus – Jovens rurais/quilombolas protagonizando o fortalecimento da agricultura*

familiar e a construção do conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro.¹ Executado entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2011, o projeto atuou na formação de 70 jovens (entre 14 a 18 anos) provenientes das regiões Norte Fluminense, Metropolitana, Médio Paraíba, Serra-Mar (Serrana e Baixada Litorânea), e Sul (Costa Verde) (ver mapa 1).

¹ O projeto foi apoiado pelo CNPq por meio do edital MCT/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO/MDA/Nº 23/2008 - Programa Interveniência Universitária.

Origem dos educandos

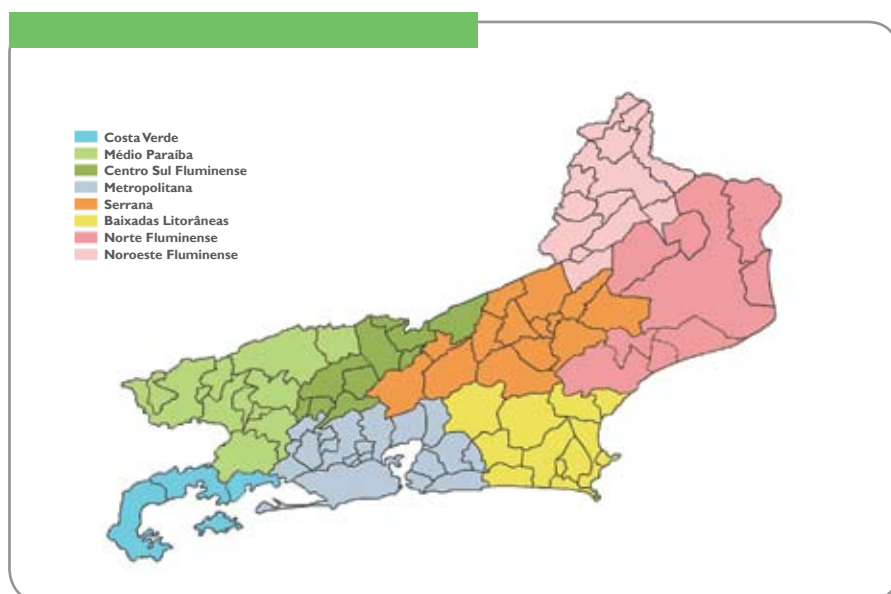
Os jovens que participaram do Programa de Intervivência Universitária são oriundos de regiões rurais e urbanas que assistiram a processos de especulação imobiliária e disputas por terra ao longo das últimas três décadas. Alguns vieram de comunidades rurais de Casimiro de Abreu/RJ e já haviam participado de um projeto denominado *Agentes Jovens*, que tinha como objetivo fomentar atividades produtivas em bases agroecológicas para estimular a permanência da juventude na agricultura familiar. Outros eram do Quilombo do Campinho, em Paraty/RJ, articulados por um projeto voltado à promoção do protagonismo juvenil em ações relacionadas à preservação e conservação dos recursos naturais e da cultura local motivadas pelo manejo sustentável da palmeira juçara. Um terceiro grupo originou-se do programa de formação de jovens do campo e da cidade organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um último grupo foi composto por parentes de agricultores urbanos e rurais vinculados a atividades de formação agroecológica realizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro pela Comissão Pastoral da Terra (Escolinha de Agroecologia) e pela AS-PTA. Embora de origens diversas, os grupos estavam informalmente articulados por meio de uma rede sociotécnica e política de âmbito estadual identificada aos princípios da Agroecologia.

O contexto geral da juventude rural no estado do Rio de Janeiro é marcado pelas limitadas oportunidades de trabalho e renda e por processos de despolitização e aculturação que estimulam a adoção de estilos de vida estranhos às suas heranças culturais. Além disso, a ausência de uma educação básica relacionada com a realidade local e contextualizada na diversidade sociocultural desses jovens contribui para uma escolarização acrítica e sem atrativos. Por essas razões, a programação do processo de formação enfatizou o vínculo entre educação e cultura, assumindo a Agroecologia como enfoque identitário para a construção de conhecimentos engendrados nos (e com) os cotidianos dos educandos.

A práxis do Programa: formação por alternância

O projeto foi elaborado em parceria com docentes da UFRRJ da área de Educação, Agronomia e Economia Doméstica, e formadores dos movimentos sociais vinculados à AARJ, respeitando os focos temáticos do Edital 23/CNPq e eixos de

O estado do Rio de Janeiro e suas regiões



abordagem voltados para o meio ambiente, a agricultura, a ecologia, a saúde, a cultura e a tecnologia. Como o edital estabelecia que os jovens deveriam estar cursando o ensino fundamental ou médio, o programa foi executado em tempos e espaços estruturados segundo a Pedagogia da Alternância. Essa metodologia se ajustou plenamente aos objetivos da proposta, uma vez que se caracteriza por estimular o diálogo de saberes popular e acadêmico.

A Intervivência Campo-Campus foi organizada em três momentos interdependentes, sendo eles: Tempo Escola (TE), Tempo Comunidade (TC) e novamente TE. Cada TE durou 14 dias, período em que os jovens permaneceram na UFRRJ seguindo uma programação de estudos teórico-práticos e experimentais. O TC durou em torno de cinco meses e destinou-se à aplicação dos conhecimentos conceituais refletidos e discutidos durante os TEs.

A construção das identidades

Os conteúdos abordados na formação estiveram centrados nos eixos Reforma Agrária, Juventude, Agroecologia, Cultura e Sociedade e foram referenciados a experiências acumuladas anteriormente, tanto pela AARJ como pela UFRRJ.

As atividades desenvolvidas nos TEs e no TC contribuíram para que os jovens reafirmassem suas identidades enquanto agricultores. Para tanto, foram organizadas dinâmicas pedagógicas que os estimulavam a refletir sobre suas origens socioculturais, analisando em particular o que é ser jovem rural no mundo atual. Esse exercício foi realizado tendo em mente que os vínculos do jovem a sua comunidade/sociedade não são apenas de natureza material, mas configuram-se essencialmente a partir das relações sociais e interpessoais que se estabelecem no cotidiano.

A formação também contemplou oficinas de Teatro do Oprimido, viagens de intercâmbio e atividades culturais. Por meio dessas variadas formas de expressão e visualização, as realidades das



Visita à experiência da família de João Pimenta, Seropédica - RJ

comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas puderam ser mais bem conhecidas.

Após uma vivência com as práticas agroecológicas no TC, os jovens trouxeram para o TE os resultados da implantação de seus projetos, destacando os limites e avanços na aceitação por parte da comunidade. As maiores queixas dos jovens estiveram relacionadas à falta de sensibilização da comunidade em relação às mudanças que os mesmos são capazes de promover, aspecto que dificultou o trabalho deles junto a outros jovens. De certa forma, esse comportamento confirma a falta de credibilidade que os jovens têm perante os adultos.

Diante dessa realidade, vimos a necessidade de incorporar ao processo reflexões sobre a posição do jovem em suas comunidades, bem como o debate sobre a necessidade deles serem mais propositivos quanto aos rumos da comunidade diante de outros jovens.

Os frutos do Programa

Após dois anos de atividades, as organizações da AARJ foram peças-chave para a inserção dos jovens nas atividades político-social-culturais das comunidades das quais fazem parte. Os frutos estão sendo colhidos e acolhidos. De 70 jovens formados, cerca de 80% estão envolvidos diretamente com as atividades da AARJ e outros 10% participam de forma indireta. Apenas 10% não retornaram ao TE. Os projetos locais na região Sul seguem fortalecidos com o protagonismo juvenil. A juventude da região metropolitana foi contemplada com um projeto financiado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), onde seu maior objetivo é dar continuidade às atividades de formação, bem como acompanhar os jovens da segunda turma de Intervivência e ampliar as trocas de experiências entre os jovens das diversas regiões da AARJ. Na região Serra-Mar os jovens estão envolvidos em um projeto de banco de sementes crioulas na comunidade Quilombo de Itapinoã. Na região Norte os jovens desenvolveram atividades de formação para outros jovens, por meio de troca de conhecimentos e a estru-

turação de hortas como espaços de socialização de práticas de manejo agroecológico. Também contribuíram com assistência nas capacitações sobre Agroecologia em seus assentamentos. Embora não exista uma expressiva organização da AARJ no Vale do Médio Paraíba, os jovens dessa região desenvolveram ações ligadas às suas famílias e comunidades.

Com a Intervivência, o despertar para as questões da educação, como o ingresso em cursos de graduação, foi fortalecido. Muitos dos jovens estão cursando o segundo período do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo, que também tem base na Pedagogia da Alternância e cuja presença da coordenação institucional do Campo-Campus contribui para que os jovens passassem a se interessar pelo ensino superior. O curso é oferecido pela UFRRJ por meio de um convênio com Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (Pronea).

Agradecimentos à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), AARJ e ao CNPq.

Iranilde de Oliveira Silva

coordenação executiva do Programa Intervivência
Universitária; MST-RJ, integra a coordenação executiva da AARJ.
ero_pa@yahoo.com.br

Diogo de Souza Pinto

coordenação executiva do Programa Intervivência
Universitária e estudante da UFRRJ
diogomococa@yahoo.com.br

Maiza Grabielle Ribeiro Pereira

coordenação executiva do Programa Intervivência
Universitária e estudante da UFRRJ
maiza_mg@hotmail.com

Fernanda Olivieri de Lima

coordenação executiva do Programa Intervivência
Universitária; estudante da UFRRJ e membro do Grupo de
Agricultura Ecológica da UFRRJ (GAE)
fe_olivieri@yahoo.com.br

Luciana Nogueira Fontenele

coordenação executiva do Programa Intervivência
Universitária; estudante da UFRRJ e membro do Grupo de
Agricultura Ecológica da UFRRJ (GAE)
luciana__nf@msn.com

Selma Fabre Dansi

coordenação executiva do Programa Intervivência
Universitária; licenciada em Economia Doméstica e membro
do Grupo de Agricultura Ecológica da UFRRJ (GAE)
selmadance@hotmail.com

Lia Maria Teixeira de Oliveira

professora da UFRRJ, Área de Ensino Agrícola, e
coordenadora institucional do Programa Intervivência
Universitária/UFRRJ e CNPq
liamar@ufrj.br

Jovens de famílias camponesas: suas realidades e seus sonhos

Maria de Assunção Lima de Paulo

Este artigo trata de jovens rurais, filhos de agricultores camponeses que vivem no pequeno município de Orobó, localizado na mesorregião do Agreste Setentrional de Pernambuco.¹ Orobó possui uma população de 22.878 habitantes, sendo que na área rural vivem 14.645 pessoas (IBGE, 2010). Sendo considerado um *município rural*, e é povoado predominantemente por famílias camponesas.

Da mesma forma que em suas famílias, os jovens serão aqui referidos como *rapazes* e *moças*. Os mesmos vivenciam uma relação social particular que se desenvolve no âmbito da unidade familiar, chefiada pelo pai. Como elemento moral, cada membro da família possui a responsabilidade pela manutenção da propriedade da terra (WOORTMANN, 1990) e pela reprodução social de valores culturais. Dessa forma, a família camponesa constitui-se como uma comunidade de interesses, afetos e conflitos (WANDERLEY, 1999). Por assumirem obrigações morais com o conjunto da família, os jovens foram invisibilizados durante muito tempo. Dessa forma, seus anseios, necessidades e desejos específicos deixam de ser identificados para que a coletividade familiar seja priorizada. Foi com a preocupação de diminuir essa invisibilidade e compreender as condições atuais e projetos futuros dos jovens rurais que a pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada.

A centralidade do trabalho

Tomando por referência a relação indissociável entre família, terra e trabalho, este último foi apontado pelos jovens entrevistados na pesquisa como uma prática social que os distingue dos jovens urbanos, denominados por eles de *jovens da rua*. Segundo suas percepções, eles trabalham ajudando os pais em tarefas que são quase sempre pesadas. Essa vivência

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado defendida em 2010 pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco intitulada *A construção das identidades dos jovens rurais na relação com o meio urbano em um pequeno município*.

da *situação juvenil* é percebida por eles de duas formas: por um lado, como sofrimento, sinônimo de *vida dura*; por outro, como coragem.

Desde muito cedo o trabalho faz parte da socialização das crianças e adolescentes filhos de agricultores familiares, principalmente os de tradição camponesa. Essas atividades no sítio não são vistas pelos pais como exploração, mas como exercícios de aprendizagem. Também os jovens valorizam os conhecimentos adquiridos com a prática, embora muitas vezes ela seja considerada pesada e penosa. Dessa forma o trabalho na agricultura é percebido pelos jovens não tanto como uma profissão, mas como forma de enfrentamento das adversidades da vida para que seja no futuro uma pessoa *decente, honesta e trabalhadora*. Nesse sentido, o trabalho tem um significado ético (WOORTMANN, 1990).

Porém, é importante considerar que, no próprio interior das comunidades camponesas e mesmo entre os jovens,



Fotos: André Telles, arquivo da Action Aid Brasil

Encontro de jovens em Orobó-PE

existem diferenças nessas percepções que são influenciadas por gênero, idade, experiências, grau de escolaridade e lugar de moradia. São essas vivências cotidianas que permitem a identificação da marcada heterogeneidade entre os jovens rurais.

Do município, foram estudadas cinco comunidades com características diferentes. Todos os rapazes entrevistados trabalham ajudando os pais na agricultura, no trato dos animais ou no comércio de mudas de frutas ou qualquer outro produto, dividindo seu cotidiano entre o trabalho, os estudos e pequenos momentos de lazer. Muitas das moças também participam da labuta na agricultura, mas todas assumem tarefas domésticas, muitas vezes se responsabilizando totalmente por elas. Assim, para os rapazes e moças, o sítio constitui-se

tanto como propriedade quanto como comunidade familiar que integra o trabalho, o lazer e os rituais.

Alternativas de trabalho e renda

Alguns jovens migram e outros procuram trabalho localmente, em geral em alguma outra propriedade maior. Em quase todas as famílias entrevistadas havia um jovem, quase sempre rapaz, que havia migrado para grandes centros como Recife ou mesmo para a região Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Como o problema do desemprego atinge mais incisivamente os pequenos municípios e, em maior proporção, as populações que vivem mais distantes das cidades, o local onde se vive termina sendo um dos principais fatores que determinam o campo de possibilidades para o trabalho fora das unidades familiares (CARNEIRO, 1998, p.10) à disposição dos jovens. De fato, essa é a principal dificuldade mencionada por eles, sobretudo aqueles que vivem nos sítios rurais.

Como informou J.M.L do Sítio Manibu (17 anos, sexo feminino), *O problema do sítio é a falta de emprego. O trabalho diário que tem é na enxada. Para ganhar quarenta ou cinquenta reais por semana tem que trabalhar mesmo, no sol quente, de chuva ou de sol, tem que enfrentar tudo.* Assim, o peso do trabalho, a sua desvalorização social e o baixo valor da remuneração levam os jovens a construir a visão de

que a agricultura não é alternativa de vida, mas fatalidade. Assim como outras pesquisas realizadas no município já haviam identificado, essas razões justificam a preferência dos jovens rurais por outras profissões que não a de agricultor (PAULO e WANDERLEY, 2006; WANDERLEY, 2006).

A limitada perspectiva de futuro na agricultura foi mencionada com muita frequência pelos jovens entrevistados. Segundo G. M. (sexo masculino, Sítio de Caraúbas):

Não tem futuro (...) se for preciso fazer a gente faz, mas eu não gosto não; é obrigação, né? Acordar todo dia de manhã, cinco da manhã e quando ia trabalhar na roça era quatro e meia da manhã. A gente apanha capim bem aqui mesmo, mas só que tá molhado, é ruim demais. No verão tem que ir buscar longe, é muito ruim.

Em geral, os agricultores camponeses de Orobó possuem propriedades que variam entre um e cinco hectares e adotam a estratégia definida por Wanderley (2006) como *precária combinação de culturas e criações*, valendo-se pouco do beneficiamento de produtos agrícolas como fonte de renda complementar. Exceto entre os filhos de produtores de mudas, os jovens pesquisados não fizeram referência a qualquer atividade de beneficiamento de produtos que viesse complementar a renda familiar.

A combinação da agricultura com outras atividades, como pequenas mercearias e bares instalados nas propriedades rurais ou como agente de saúde, motorista de *toyota*, professora, merendeira, sacoleira são essenciais para a continuidade da vida no meio rural.

O rural como lugar de vida

Como lugar de vida, o Sítio ou o município é sempre visto positivamente pelos jovens por suas belezas, tranquilidade e a boa relação com os vizinhos. De forma geral, o ideal manifestado pelos jovens é o de continuar morando no município de Orobó, sempre identificado como melhor, mais alegre e o mais desenvolvido da região.



Encontro da juventude rural em Orobó-PE



Participantes do II Encontro Juventude e Agroecologia promovido pela Comsef e Action Aid Brasil

Outra questão importante, no que se refere à decisão do jovem quanto a seu futuro, é a sucessão da propriedade familiar. Herdar a terra e viver apenas dela não se apresenta para eles como um projeto de vida.

Ficou claro então que os jovens rurais, rapazes e moças, vivem um dilema no que se refere ao trabalho na agricultura. Esse dilema relaciona-se à visão que a sociedade possui em relação a esse trabalho. Apesar do orgulho que sentem por serem filhos de agricultores e de reproduzirem valores como honestidade e coragem, carregam a vergonha de se assumir como agricultor devido à visão estereotipada que opõe o rural, como o lugar do atraso, ao urbano, como o lugar da modernidade e do desenvolvimento.

Assim, impulsionados pelos sonhos, mas coagidos pela realidade em que vivem, os rapazes e moças dos Sítios tecem os fios da sua vida cotidiana para planejar seu futuro.

Maria de Assunção Lima de Paulo
Universidade Federal Rural de Pernambuco
assuncaolp@yahoo.com.br

Referências bibliográficas:

CARNEIRO, Maria José. **O Ideal Rurbano**: a relação campo-cidade no imaginário dos jovens rurais. XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998.

PAULO, Maria de Assunção Lima de; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Jovens Rurais de Orobó: A realidade do presente e os sonhos para o futuro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura Familiar e Gênero**: práticas, movimentos e política pública. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. 2006. (Relatório de pesquisa).

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. EDIUPF: Passo Fundo, 1999. 23-56.

WOORTMANN, K. **Com Parente Não Se Negocia**. O campesinato como ordem moral. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro: Brasília-DF/Rio de Janeiro, 1990.



Fotos: Arquivo AS-PTA

Encontro de jovens rurais no Planalto Norte de Santa Catarina

Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar

Valmir Luiz Stropasolas

O tema da sucessão geracional e, especificamente, da reprodução social da profissão de agricultor(a) vem emergindo como uma das principais preocupações das instituições do setor público, bem como das entidades representativas da agricultura familiar do Sul do Brasil, particularmente em Santa Catarina. O processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar;

a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a). Assim, além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material, particularmente da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica também a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural. Embora essa transferência de saberes tenha sempre estado presente na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência a uma ruptura no processo.

O questionamento por parte dos jovens rurais, sobretudo pelas filhas dos agricultores, sobre sua condição social marcada pela falta de autonomia e de oportunidades de renda e a recusa em seguir a profissão dos pais ao migrarem para as cidades têm comprometido a continuidade e o papel que os empreendimentos familiares exercem no desenvolvimento econômico e social da grande maioria

dos pequenos municípios. Por outro lado, as renovadas funções demandadas pela sociedade às famílias rurais – entre as quais a produção de alimentos de qualidade; a preservação dos recursos ambientais e do patrimônio histórico e cultural rural; a agroindustrialização em unidades familiares; o turismo rural, etc – podem se constituir em alicerces para o fortalecimento das comunidades, contrapondo-se à tendência de masculinização e envelhecimento da população rural verificada em muitas localidades. São escolhas sociais que estão em jogo e que podem definir o sentido do desenvolvimento dessas localidades. Pode-se apostar, por um lado, no fortalecimento da agricultura familiar por meio da consolidação dos jovens no meio rural. Por outro lado, pode-se legar as definições sobre o desenvolvimento rural às engrenagens do mercado que, em geral, têm levado ao esvaziamento demográfico, à concentração fundiária e ao predomínio dos grandes segmentos empresariais vinculados ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

A dinâmica da sucessão no âmbito dos núcleos familiares

Os diversos interesses e projetos de vida e as visões de mundo contrastantes entre os membros do grupo doméstico têm dado margem à constituição de conflitos de gerações no âmbito da agricultura familiar. De maneira geral, constata-se que os principais conflitos intergeracionais se revelam no modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família; na dificuldade dos pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as); na impossibilidade de os jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas (AGUIAR & STROPASOLAS, 2010; STROPASOLAS, 2006).

No horizonte das escolhas de pais e filhos(as) quanto às estratégias de futuro cruzam-se diferentes perspectivas que, muitas vezes, convertem-se em

conflitos. No quadro dessas tensões há que se considerar especialmente as distintas perspectivas entre homens e mulheres, em detrimento das últimas, cujas motivações para permanecer na agricultura se estreitam cada vez mais diante da tendência ampla à exclusão da herança da propriedade (como também da dupla jornada de trabalho e da pouca valorização dos seus esforços produtivos) vivenciada pelas sucessivas gerações de mulheres. De fato, a organização do trabalho na agricultura familiar, fortemente marcado por um viés de gênero, destina ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Dessa forma, as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões. Assim, em muitos casos, as moças parecem aceitar como *natural* o fato de o sucessor ser um irmão. Ademais, o fato de saber, de antemão, que não partilhará do direito à herança da terra, desvincula-a de certa forma do compromisso de permanecer na propriedade.

São diferenciadas também as estratégias e as escolhas dos jovens em função da condição econômica da família, sendo que as propriedades mais capitalizadas tendem a estimular mais a permanência da juventude na agricultura. Isto não significa necessariamente que as escolhas dos filhos(as) não contrariem o desejo familiar, sobretudo paterno.

Um desafio à Educação

Além de normalmente não participarem de cursos profissionalizantes, parcela expressiva dos responsáveis pelos estabelecimentos rurais não estuda atualmente, o que realça a importância da ampliação efetiva dos investimentos em educação no meio rural. O estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, figurando como condição quase que indispensável para garantir uma inserção social mais digna. Parece haver nesse contexto uma oposição: quem estuda quer sair; quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar.



Grupo de jovens rurais em atividade de formação no Norte de Santa Catarina



Jovens se encontram para debater o futuro da agricultura familiar na região do Contestado (PR e SC)

Há diferenças entre os jovens na valorização da educação: as moças investem mais que os rapazes, sobretudo para se prepararem para conseguir um emprego na cidade. Para elas, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se apresenta como necessária para o reconhecimento social. No caso dos rapazes, a valorização social não passa necessariamente pelo reconhecimento profissional. Na pior das hipóteses, isto é, mesmo que possua baixo grau de escolaridade, ele será identificado e reconhecido como agricultor. O mesmo não acontece com as moças já que elas só conquistam a condição de agricultoras, quando se casam com um agricultor.

Os impactos da modernização na dinâmica sucessória

Outro aspecto que deve ser considerado quando se pretende dar conta da complexidade inerente às dinâmicas sucessórias na agricultura familiar diz respeito às modificações nos processos produtivos resultantes da modernização dos sistemas agroindustriais vinculados a empresas transformadoras e exportadoras de alimentos e matérias-primas. Dentre os principais ramos agroindustriais, citamos a avicultura, a suinocultura, a fumicultura e a fruticultura. Esse fenômeno de integração subordinada repercute especialmente nas famílias de agricultores *parceiros* das empresas por meio da crescente dependência a regras e exigências mercantis que impõem o aumento da especialização produtiva e do nível de tecnificação com o uso de insumos e equipamentos industriais.

Para se manterem nesses circuitos produtivos e nos respectivos mercados, essas famílias devem necessariamente se adequar às sempre renovadas exigências normativas e tecnológicas, o que acarreta redefinições importantes na divisão social do trabalho na família e nas comunidades. Mais precisamente, as modificações impostas aos sistemas produtivos, aliadas às mudanças demográficas e à mobilidade rural-urbano de segmento expressivo de jovens rurais, promovem mudanças nos papéis exercidos, nas atribuições e no tempo destinado ao trabalho pelos diversos componentes do grupo doméstico. Gera-se assim uma sobrecarga de trabalho nas pessoas que permanecem nas unidades produtivas, inclusive entre os mais novos, tendo em vista a redução da disponibilidade de mão de obra na família. No caso específico da criação animal no sistema integrado, o ritmo ininterrupto das atividades

impõe a necessidade de trabalho, inclusive nos finais de semana e feriados. Entretanto, nem sempre esta sobrecarga é compensada com maior remuneração dos jovens e mulheres, ou mesmo com uma maior participação na gestão dos negócios familiares. Essa situação acaba por gerar descontentamentos, agravando conflitos e interferindo nas definições tomadas em relação à sucessão nos estabelecimentos, o que explica a migração de jovens mesmo em unidades economicamente consolidadas.

Por outro lado, unidades familiares menos dependentes dessas relações verticais, que combinam duas ou mais atividades e procuram adotar modelos produtivos menos exigentes em agroquímicos, tendem a criar condições para um processo de gestão mais participativo. Ao colocarem em funcionamento um conjunto variado de atividades, essas unidades geralmente necessitam da contribuição permanente do trabalho, das habilidades e do conhecimento de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar deve ser acordado no núcleo familiar. Os sistemas mais diversificados e, principalmente, aqueles baseados na Agroecologia, favorecem o diálogo no âmbito da família e, especificamente, o acesso dos jovens e mulheres à renda (mensal e até mesmo semanal), ao conhecimento e à participação nos espaços públicos e nas entidades associativas e representativas.

É importante ressaltar, enfim, que as atividades comumente realizadas pelas mulheres nesses sistemas na medida em que vão crescendo em importância econômica, vão inserindo o trabalho delas no espaço dito *produtivo*. A valorização dos produtos de seu trabalho favorece o aumento da participação das mulheres nos espaços de decisão circunscritos à dinâmica sucessória da unidade familiar e, por consequência, no ambiente público, para fora da propriedade.

Considerações Finais

Abordar o conjunto de questões relacionado ao processo sucessório implica adentrar em um campo pleno de padrões culturais e conflitos de valores que afetam a trajetória social dos membros do grupo doméstico. Atuar sobre essa questão não é tarefa fácil e nem ga-

rante resultados concretos e imediatos, pois nos deparamos com assuntos normalmente omitidos das agendas de discussões familiares pelo fato de gerarem constrangimentos e por problematizar hierarquias de poder no âmbito da família. Entrar nesse jogo implica não apenas abordar o processo de transferência patrimonial familiar e a retirada das gerações mais idosas do gerenciamento da propriedade agrícola, como também incorporar na análise as redefinições em curso, sobretudo nas gerações mais jovens, no que diz respeito ao lugar e ao papel ocupado por quem exerce a profissão de agricultor(a) na família, no meio rural e na sociedade. Ou seja, estamos diante de uma problemática social que envolve um sistema cultural com raízes históricas continuamente reproduzido e/ou redefinido pelos diversos segmentos da agricultura familiar.

Mas o debate sobre o processo sucessório não deve ser desvinculado de outras questões que afetam a reprodução social da agricultura familiar. Isso porque os dilemas envolvidos nas (in)definições que interferem na dinâmica sucessória não resultam apenas de fatores

endógenos às famílias agricultoras, mas são também influenciados pelas consequências de problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural e que afetam, com maior ou menor intensidade, diferentes segmentos da população rural brasileira, sobretudo os grupos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas, do acesso à terra e dos direitos de cidadania.

Valmir Luiz Stropasolas
agrônomo/UFSC, mestre em Sociologia Rural/UFSC,
doutor em Ciências Humanas/UFSC,
professor adjunto do Centro de Ciências Agrárias da UFSC
valmir@cca.ufsc.br

Referências bibliográficas:

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1.
- BRUMER, Anita & ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, ano 11, n. 12, Janeiro/Junho de 2008, pp. 6-17, Presidente Prudente-SP
- SPANVELLO, R.M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. 223f. Tese (Doutor em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Rio Grande do Sul.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 346 p., 2006.



As visitas de intercâmbio são oportunidades para troca de conhecimento entre gerações



Agrobiodiversidade abre novas perspectivas para a juventude camponesa dos Andes

Sarah-Lan Mathez-Stiefel, Cecilia Gianella Malca e Stephan Rist

Nos Andes do Peru, o alto nível de agrobiodiversidade é resultado de uma longa história de coevolução das populações e seu ambiente, representando um grande potencial para o desenvolvimento sustentável, tanto em termos locais como em nível regional e nacional. No entanto, em contraste com tamanha riqueza biológica, grande parte dos povos nativos andinos vive em condições socioeconômicas e políticas precárias, o que tem ocasionado, nas últimas décadas, processos massivos de migração dos jovens rumo aos centros urbanos e às terras baixas da Amazônia.

Para fazer frente a essa situação, e com o objetivo de criar novas opções de subsistência para os agricultores familiares andinos, diversas iniciativas econômicas e produtivas têm sido desenvolvidas. Entretanto, esses projetos geralmente caem na armadilha de serem orientados por um enfoque unilateral. Sendo assim, ainda que sejam voltados para atender questões específicas, como, por exemplo, gerar recursos monetários, eles criam uma série de novos problemas e contradições em relação às estratégias de vida dos agricultores andinos.

Ciente dessas contradições, o programa regional BioAndes optou por desenvolver iniciativas com um enfoque biocultural, partindo do pressuposto de que, se as mudanças socioculturais são o principal elemento causador da degradação da biodiversidade, é possível que sejam também uma fonte fundamental para sua conservação. Nesse sentido, o programa BioAndes reconhece a interdependência entre a diversidade cultural e biológica e a necessidade de articular o fomento à biodiversidade com processos de fortalecimento cultural.

Ao associar os conhecimentos científicos e populares, os principais instrumentos utilizados pela BioAndes para desenvolver tais iniciativas são: o diálogo intercultural, a aprendizagem social e o desenvolvimento de habilidades por meio da pesquisa-ação transdisciplinar.

Dessa forma, as comunidades nativas, os governos locais, os profissionais de desenvolvimento e os pesquisadores estão se esforçando para criar formas inovadoras de valorização econômica, cultural e política da agrobiodiversidade andina.

Programa BioAndes no Peru

No Peru, o programa BioAndes está sendo implementado na província de San Marcos, na serra norte (Cajamarca), e no distrito de Pitumarca, na serra sul (Cuzco).

A província de San Marcos abrange vários níveis de altitude, que vão de 2.250 a 4.000 metros, o que permite o cultivo de grande variedade de plantas, desde frutíferas e milho nas terras mais baixas até cereais e tubérculos andinos nas mais altas. Sua população é mestiça e nutre um forte sentimento de identidade local.

O distrito de Pitumarca está situado entre 3.600 e 6.400 metros acima do nível do mar. A maioria de seus habitantes é de origem quéchua, que também é o idioma predominante no lugar, e se dedica à agricultura para consumo próprio e à criação de alpacas, assim como mantém uma importante e notável tradição têxtil.

As atividades do projeto são variadas e vão desde o cultivo, o processamento e a comercialização de frutas andinas orgânicas em San Marcos até o resgate de técnicas naturais de tingimento de lã de alpaca e tecelagem tradicional em Pitumarca. Há ainda o fomento ao ecoturismo responsável em ambas as regiões. O diferencial dessas iniciativas é que todas são acompanhadas de atividades que valorizam os conhecimentos populares sobre o meio ambiente, tais como inventários da agrobiodiversidade local e pesquisas sobre o manejo local de recursos naturais e o conhecimento ambiental nativo. Outra característica é que são direcionadas a gerar incidência política e promover – de baixo para cima – a criação de políticas que conectem os atores locais (comunidades e associações de produtores) às autoridades (governo municipal e provincial).

Pautas para políticas

Os três anos de implementação dos projetos da BioAndes renderam conquistas e lições importantes que servem de subsídio para a formulação de políticas de desenvolvimento social e conservação da biodiversidade nos Andes.

Valorizando econômica e culturalmente a agrobiodiversidade

Uma primeira conquista é a valorização econômica, culturalmente contextualizada, da agrobiodiversidade. Embora existam riscos associados à incorporação de populações nativas na economia de mercado, foi interessante observar que, no caso de Pitumarca, a comercialização de produtos têxteis na cidade de Cuzco representa uma ferramenta efetiva para a revitalização cultural. Motivados pela grande demanda relacionada ao turismo vivencial e ao perceber a necessidade de reforçar sua própria identidade, os agricultores e, em particular, os jovens, começaram a revalorizar as diversas técnicas tradicionais de tecelagem, tais como a fição de lã de alpaca e ovelha, o tingimento com produtos naturais (plantas e minerais) e o resgate da iconografia nativa, todos elementos específicos do vale de Pitumarca.

Algumas dessas técnicas tinham sido abandonadas pela população ao logo do século passado. A partir de 1910, a lã passou a ser tingida quase que exclusivamente com tintas sintéticas e, desde a década de 1980, o uso da lã sintética também passou a predominar. Felizmente, alguns habitantes de Pitumarca mantiveram sua grande

habilidade para a tecelagem e guardaram algumas telas antigas que serviram como referência, o que permitiu recuperar e revitalizar as técnicas e os desenhos tradicionais. Atualmente, o valor econômico atribuído a seus tecidos pelos turistas e pelo mercado externo tem levado à revalorização de seu patrimônio cultural e ao restabelecimento parcial do tecido e da vestimenta tradicional. Além disso, as mulheres que participam na elaboração e comercialização dos produtos têxteis locais têm agora sua própria renda e aprenderam a se organizar em associações, o que lhes concede maior independência e poder, assim como um maior reconhecimento no interior de suas famílias e de suas comunidades. Esse novo cenário também faz com que as mulheres jovens andinas tenham a perspectiva de elevarem seu status social dentro da comunidade.



Foto: Sarah-Lan Mathez-Sriele

Tecelãs de Pitumarca, Cuzco

Vinculando os produtos locais a suas paisagens naturais e culturais

Uma importante lição aprendida é que as iniciativas bioculturais têm mais chances de êxito quando estão inseridas em atividades que não se concentram apenas nos produtos locais, mas que também buscam a valorização mais ampla da paisagem natural e cultural. Exemplo disso são as ações voltadas para a promoção do agroturismo e da gastronomia regionais; do manejo mais sustentável dos recursos locais, incluindo a restauração dos ecossistemas; e da realização de inventários que revelam a importância da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais a ela associados.

Em San Marcos, todas as atividades relacionadas à valorização dos produtos da agrobiodiversidade foram incorporadas a um projeto mais abrangente de agroturismo que prestigia tanto os componentes naturais como os socio-culturais do território. Graças a um trabalho conjunto com uma extensa rede, formada por associações locais de agricultores, operadores de turismo, acadêmicos e autoridades locais, tem se despertado a consciência sobre os princípios da Agroecologia entre diversos setores da sociedade: pequenos produtores, turistas e estudantes. Para tanto, são realizadas visitas a áreas de



Foto: Sarah-Lan Mathez-Stiefel

Produtos processados da agrobiodiversidade de San Marcos

plântio de cultivos orgânicos nativos (tais como, frutas, cereais, batatas e outras variedades de tubérculos, além de plantas medicinais), onde os excursionistas têm a oportunidade de observar como são processados, assim como conhecem as práticas de conservação de solos, conversam com os agricultores e obtêm uma mostra de seu formidável conhecimento agrícola. Além disso, os visitantes executam algumas tarefas agrícolas, participam das festividades do calendário ritual agrícola e desfrutam da gastronomia baseada nos produtos locais. Essa experiência permite que turistas geralmente vindos de centros urbanos apreciem os benefícios da agrobiodiversidade para a população local e verifiquem a compatibilidade entre os princípios agroecológicos e os sistemas e conhecimentos andinos. Os principais sócios desse projeto são a Associação Provincial de Produtores Ecológicos de San Marcos (Appesam) e o governo do município, que reconhece a necessidade do desenvolvimento de múltiplas atividades econômicas para conseguir fomentar o desenvolvimento do território de maneira sustentável.

Globalizando as iniciativas locais de desenvolvimento

Uma terceira lição aprendida a partir das experiências do projeto é que a sustentabilidade dessas iniciativas, muitas vezes induzidas por agentes

externos, está condicionada à capacidade dos pequenos produtores de se apropriarem das ações e assimilarem os conhecimentos adicionais exigidos para levá-las a cabo de acordo com a sua concepção do que é desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento de capacidades pessoais e institucionais para manejar e controlar da melhor maneira possível toda a cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização, é muito apreciado pelos atores locais, sobretudo pela geração mais jovem, ainda que isso não necessariamente signifique um aumento da renda no curto prazo.

Além disso, esse processo de apropriação só pode ser bem sucedido se estiver ligado à criação ou ao fortalecimento de redes sociais (por exemplo, movimentos sociais, associações, cooperativas, etc) que contribuam para articular essas iniciativas locais a outras de contexto global. Essa tendência a *globalizar* as ideias locais de desenvolvimento arraigadas nas culturas nativas expressou-se em San Marcos por meio do apoio concedido à Appesam, uma organização local que busca produzir e conservar cultivos nativos a partir de práticas agroecológicas e estabelecer relações comerciais justas por meio de de parcerias estratégicas com o setor privado e instituições públicas. A Appesam integra a Associação Nacional de Produtores Ecológicos do Peru (Anpe-Peru), o que lhe tem permitido obter

apoio político, além de organizacional, e encontrar melhores oportunidades para comercializar seus produtos em nível regional e nacional. Além disso, seu vínculo com a Anpe-Peru contribuiu para que se associasse ao movimento internacional Slow Food, do qual participa com a produção, processamento e comercialização de três frutas nativas: a amora azul andina (*Vaccinium floribundium*), o maracujá-banana (*Passiflora mollissima*), e o tomate capucho ou uchuva (*Physalis peruviana*).

Em Pitumarca, as associações locais de tecelãs e de criadores de alpacas foram fortalecidas ao obterem ajuda para se vincular ao governo municipal – especificamente por meio de sua participação em exercícios de orçamento participativo e na plataforma de negociações para o desenvolvimento do distrito. Essa participação permitiu que defendessem seus interesses e conseguissem que algumas de suas atividades fossem financiadas pela municipalidade.

Enfrentando as contradições entre diferentes racionalidades econômicas

Outra lição-chave do programa BioAndes se refere à necessidade de elaborar estratégias para que os agricultores andinos possam enfrentar as dificuldades geradas por seu confronto com a economia de mercado, situação em que geralmente se encontram em posição vulnerável e em desvantagem.

As mulheres tecelãs de Pitumarca, por exemplo, tornaram-se dependentes de alguns intermediários de artesanatos têxteis que têm a habilidade de dominar as duas racionalidades econômicas que coexistem nas comunidades: a externa, baseada na economia de mercado, e a local, baseada na reciprocidade e na solidariedade. Esses intermediários conseguem garantir a fidelidade das tecelãs, mantendo assim uma relação de dependência, tanto em termos técnicos (ao controlar o abastecimento de insumos para o tingimento natural e a execução dos passos finais da elaboração do produto) quanto comerciais (por meio da organização do transporte e da venda dos tecidos na cidade vizinha de Cuzco).

No caso dos produtores orgânicos de San Marcos, a contradição entre as racionalidades econômicas se expressa nas numerosas dificuldades que enfrentam quando tentam se incorporar ao mercado. Uma das principais barreiras é que o mercado abre mais oportunidades quando os produtores se especializam (no sentido da economia de escala), o que entra em conflito com a economia familiar, que consiste em produzir pequenas quantidades de muitos produtos diferentes para assim combinar a produção para o mercado com as necessidades relacionadas à manutenção de sua própria segurança alimentar.

Em ambos os casos, a população local teve que modificar seu sistema de produção tradicional baseado na família para se dedicar a uma produção mais comunitária, o que inevita-

velmente levou à construção de novos vínculos de confiança e reciprocidade (por exemplo, por meio da criação de associações) como estratégia para mitigar os efeitos negativos da economia de mercado.

Conclusões

A experiência de BioAndes sugere que a valorização econômica e a comercialização de produtos locais e a consequente geração de renda podem ser ferramentas decisivas não somente para o empoderamento dos pequenos agricultores e das mulheres, mas também para o fortalecimento da identidade cultural dos jovens e a valorização do estilo de vida camponês.

Além disso, temos comprovado que a valorização da diversidade biocultural deve ser parte de uma proposta regional integrada. As estratégias locais e regionais em expansão estão muito mais em sintonia com as características históricas e atuais dos meios de subsistência andinos, que visam manter o acesso a uma grande diversidade biocultural sobre a base dos conhecimentos e habilidades nativos. Verificamos ainda como resultado uma significativa distribuição social dos recursos e a diminuição do quadro de vulnerabilidade das comunidades frente a riscos socioeconômicos e ambientais, tais como oscilações bruscas nos preços, mudanças climáticas e pragas em plantas e animais.

Considerando esse contexto, torna-se crucial que as autoridades regionais e nacionais aprendam a formular novos modelos de desenvolvimento econômico que possam explorar o potencial dos sistemas econômicos locais ou nativos e as estratégias de vida a eles associadas. Isso significa abrir espaço para economias alternativas baseadas em identidades



Família na colheita de batata em San Marcos

andinas fortalecidas, para assim melhorar o modelo atual que atribui aos Andes peruanos um papel de mero *exportador*, o que por si só certamente é incapaz de dar o devido valor à diversidade biocultural andina.

A implementação de uma estratégia biocultural para valorizar a agrobiodiversidade local demonstrou ter grande potencial para gerar novas perspectivas para a juventude camponesa nos Andes (e possivelmente também nas terras baixas da América do Sul). No entanto, como isso tem que ser o resultado de uma construção coletiva de todos os atores envolvidos, é importante que os jovens camponeses não só participem do processo, como também tenham a possibilidade de definir as condições sob as quais isso se produz. O caminho para seguir adiante passa por compreender e superar de maneira conjunta as dificuldades que as novas gerações enfrentam em sua busca por inovar suas estratégias de vida, em interação com outros atores em nível regional, nacional e, eventualmente, global.

Agradecimientos

BioAndes é um programa regional financiado pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (Cosu-

de). É implementado por um consórcio de três instituições – Agruco, da Bolívia, ETC, dos Andes no Peru, e EcoCiência, do Equador – e conta com o apoio conceitual e metodológico do Centro para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente da Universidade de Berna, Suíça. Este documento está parcialmente baseado em trabalhos apoiados pelo Centro Nacional de Competência na Pesquisa Norte-Sul (NCCR North-South).

Sarah-Lan Mathez-Stiefel e Stephan Rist
Centre for Development and Environment,
Universidade de Berna, Suíça
sarah-lan.stiefel@cde.unibe.ch
stephan.rist@cde.unibe.ch

Cecilia Gianella Malca
Associação ETC Andes, Lima, Peru
cgianella@etcandes.com.pe

Referências bibliográficas

As publicações do programa BioAndes estão acessíveis no endereço eletrônico: www.bioandes.org

A juventude na agenda da Fetraf

Eliane Oliveira, Daniela Celuppi e
Diego Sigmar Kohwald

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf) insere o tema da juventude nos seus debates com o objetivo de ampliar as conquistas em políticas públicas que garantam o acesso à terra, geração de renda, inclusão social e digital e a sucessão nas propriedades da agricultura familiar. Os jovens são fundamentais no processo construtivo de participação social para a diminuição das desigualdades sociais e para continuidade da produção de alimentos do país.

Dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a juventude representava, em 2000, 21% da população total residente no meio rural, ou seja, 7,1 milhões de jovens entre 15 e 25 anos. Entre 1996 e 2000, as áreas rurais perderam mais de 1,6 milhões de jovens que migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida. De fato, quando comparada com os jovens urbanos, constatamos que no meio rural há um número superior de jovens sem instrução ou com defasagem escolar do que nas áreas urbanas. Também é limitado o acesso a instrumentos de política pública capazes de viabilizar melhorias nas condições socioeconômicas tais como programas de acesso à terra, de crédito, de formação e qualificação profissional, de educação, de acesso à internet e outras infraestruturas básicas como moradia, estradas e serviços de

eletrificação e telefonia. Esses problemas revelam um contexto marcado pela falta de alternativas que garantam as condições necessárias à permanência da juventude no meio rural, tanto na produção agrícola quanto nas atividades não agrícolas.

Juventude participativa

Para enfrentar essa situação e construir alternativas para o futuro, jovens rurais têm se mobilizado ao participar de organizações sociais tais como associações, cooperativas e agroindústrias. A juventude também tem se integrado em espaços culturais, resgatando tradições culturais locais. Os sindicatos vinculados à Fetraf têm desempenhado importante papel no processo de organização nacional da juventude rural, contribuindo fundamentalmente para a definição de uma pauta de reivindicações específicas, na luta pela defesa de interesses e representação política de rapazes e moças rurais.



Fotos: Arquivo da Fetraf

Figura 1. III Acampamento da juventude rural da Fetraf-Sul

No âmbito nacional, a Fetraf integrou o processo que promoveu maior visibilidade ao tema da juventude, propondo a criação do Comitê Permanente de Juventude dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável Rural (Condraf), o principal espaço institucional do governo federal para negociação de políticas para a agricultura familiar.

A juventude da Fetraf, que critica o atual modelo tecnológico e é proponente de mudanças do modelo de desenvolvimento do país, valoriza e defende a Agroecologia, a biodiversidade e formas de produção rentáveis e sustentáveis que estimulem novas relações sociais, potencializando a participação - especialmente das mulheres - para que haja o rompimento do processo excludente e a garantia da permanência da juventude no campo.

Jornada de Lutas

Durante a VII Jornada Nacional de Lutas da Agricultura Familiar, a juventude contribuiu na elaboração de uma pauta nacional de reivindicações aos governos federal e estaduais. Por essa razão, aos eixos centrais da pauta que se referiam a temas como reforma agrária, meio ambiente, renda agrícola e comercialização foi incorporada a necessidade de educação específica, cultura e inclusão social e digital para os jovens. Como resultado, obteve-se o compromisso do governo federal de criar um plano



Figuras 2 e 3. III Acampamento da Juventude da FETRAF-SUL: aproximadamente 1.500 jovens se reuniram para reafirmarem a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável com dignidade no campo

de recuperação da educação no campo com base nas experiências das escolas agrícolas e na própria legislação da educação; a criação do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD); Projeto de Inclusão Digital a ser implantado nos Territórios da Cidadania (telecentros), além da disponibilidade do serviço de telefonia para o campo com custo reduzido para as famílias de baixa renda.

A participação da juventude no processo de construção da pauta foi determinante para avançarmos. Sob coordenação do coletivo de jovens da Fetraf-Sul, cerca de 1.500 jovens participaram do III Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar (figuras 1, 2 e 3) para discutir demandas da juventude e reafirmar as agendas nacionais de luta. Com a consciência de que esse trabalho está apenas no começo, não falta à juventude da agricultura familiar vontade e perseverança de fazer História.

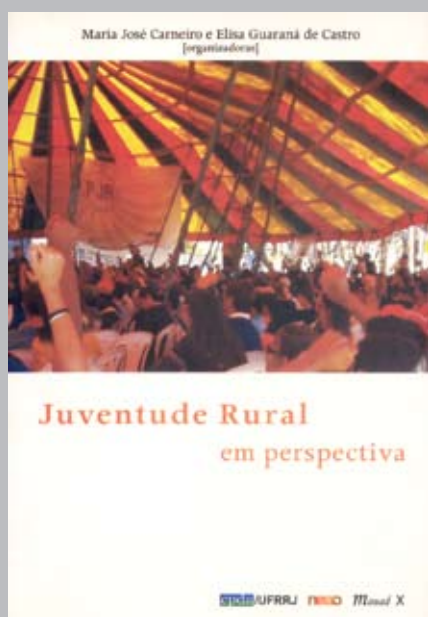


Figuras 3

Eliane Oliveira
coordenadora de Juventude
da Fetraf Brasil

Daniela Celuppi
secretária de Juventude da Fetraf-Sul

Diego Sigmar Kohwald
secretário-geral da Fetraf-Sul



Juventude rural em perspectiva

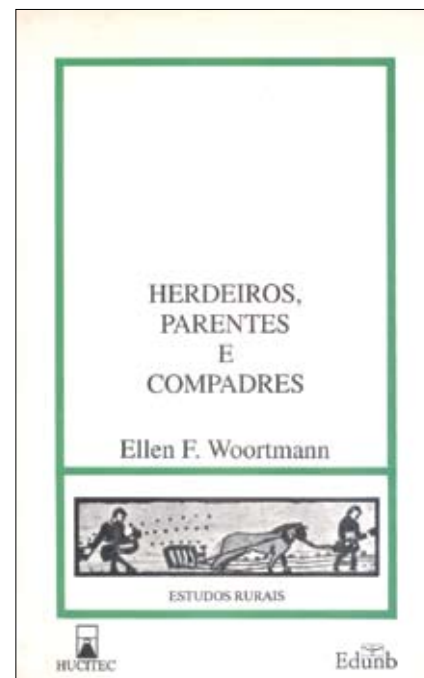
CARNEIRO, M. J. C.; CASTRO, E. G. de (orgs). Rio de Janeiro, MAUAD, 2007.

Coletânea de artigos elaborados por ocasião do Seminário Juventude Rural em Perspectiva realizado no Rio de Janeiro, em 2006. Contemplando a pluralidade de olhares sobre questões que incidem sobre a juventude rural no país, os textos trazem reflexões originadas a partir da academia, de gestores públicos e de movimentos sociais. Reproduz também ricos momentos de debate relacionados à necessidade de formulação de políticas públicas voltadas especificamente para os jovens rurais.

Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e siantes do Nordeste

WOORTMANN, E. São Paulo: Hucitec, 1995

No clássico da antropologia nacional, a autora estuda a família como instituição central nos meios e modos de vida na agricultura camponesa. Ao analisar comparativamente os agricultores de Lagoa da Mata, em Sergipe, e colonos de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul, constata que apesar das diferenças étnicas, existem similaridades nas práticas culturais essenciais para a manutenção e desenvolvimento de mecanismos de adaptação a um mundo em constante transformação.



Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar

ABRAMOVAY, R. (Coord.). Brasília: NEAD, 2001.

Ficar ou sair: perspectivas futuras dos jovens do meio rural

BRUMER, A.; SOUZA, R. H. V. de; ZORZI, A. Porto Alegre, 2002. (Trabalho apresentado no VI Congresso da ALASRU)

O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais

CARNEIRO, M. J. T. In: **SILVA, F. C. T. et al (Org.).** Mundo rural e política. Rio de Janeiro: Campos/Pronex, 1998.

Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro

WANDERLEY, M. de N. B (Coord.). Recife, 2006. (Relatório de Pesquisa)

Enfoca a realidade de jovens rurais de três pequenos municípios de Pernambuco, procurando analisar suas vidas cotidianas a partir de suas relações na família, na comunidade local e na cidade. Tomando como referência uma realidade relativamente comum na paisagem rural brasileira, que combina a fragilidade da economia agrícola com a escassez de oportunidades de trabalhos não agrícolas, os pesquisadores identificaram as percepções dos próprios jovens quanto à sua qualidade de vida e analisaram seus projetos de futuro. Entre suas conclusões, o estudo refuta a interpretação que frequentemente associa esse tipo de contexto à inviabilidade e/ou a insignificância da agricultura de base familiar como meio de vida promissor para um grande contingente da população brasileira.



I Encontro da Juventude Camponesa do Polo da Borborema

Em agosto de 2010, a AS-PTA e o Polo da Borborema promoveram o I Encontro da Juventude Camponesa, evento que contou com a participação de mais de 70 jovens de 15 municípios. A história da ação política do Polo remete às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ambiente no qual foram formadas as primeiras lideranças. Atualmente, essas mesmas lideranças buscam envolver os mais jovens em processos de formação específicos, contemplando os aspectos produtivos (jovens-experimentadores) e sociopolíticos. Afinal, os jovens representam a continuidade da luta por um modelo alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar camponesa.

Com base na troca de conhecimentos provenientes de experiências concretas vivenciadas pelos jovens na região, o encontro proporcionou um ambiente fértil para a reflexão sobre variados temas de interesse da juventude rural. Um dos debates voltou-se aos temas da identidade da agricultura camponesa no mundo contemporâneo e aos atuais papéis exercidos pela agricultura familiar na sociedade. Esses debates abriram aos jovens a oportunidade para a expressão de anseios individuais e coletivos, em particular naquilo que se refere ao futuro da agricultura familiar na região.

O encontro já está gerando resultados. Como afirmou a jovem agricultora Izoneide Macena: *Trabalhar*

com jovens é desafiante, mas é muito importante. Os jovens não devem se prender apenas ao trabalho da agricultura. Eles podem sair para aprender e se qualificar no trabalho que está fazendo seja para a comunidade ou para fora. O grupo de jovens da minha região foi aumentando a partir das ações desenvolvidas e das visitas de intercâmbio que participaram. Quando chegam de uma visita, falam das experiências para os mais jovens, que passam a se interessar.



Apresentação de experiências durante o Encontro



VII CONGRESSO BRASILEIRO DE
AGROECOLOGIA

Ética na Ciência: Agroecologia como paradigma para o desenvolvimento rural

12 - 16 de dezembro de 2011, Fortaleza - Ceará

A sétima edição do Congresso Brasileiro de Agroecologia (VII CBA) será realizada em Fortaleza-CE. Ao definir o tema *Ética na Ciência* como eixo estruturador do evento, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) tem por objetivo privilegiar espaços de reflexão sobre a interação da Agroecologia com outros temas que vêm mobilizando a ação sociopolítica de movimentos da sociedade e o interesse científico-acadêmico de pesquisadores de variados ramos do saber e inserções institucionais. Dentre esses temas destacam-se: Saúde e Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar

e Nutricional e Economia Solidária e Ecológica. Serão também organizados debates sobre a atualidade e os desafios colocados pelo avanço do uso de agrotóxicos e transgênicos na agricultura brasileira, destacando-se o questionável emprego das instituições científicas oficiais na legitimação dessas práticas perante a opinião pública. Dando encaminhamento às proposições elaboradas no VI Congresso, ocorrido em 2009, em Curitiba, serão também organizados espaços para a reflexão crítica sobre o avanço da Educação em Agroecologia no Brasil, bem como sobre o papel das mulheres na construção da Agroecologia.

Informações:

www.ematerce.ce.gov.br/cba2011

Contato:

cbagroecologia2011@gmail.com

ACESSE: www.aspta.org.br/agriculturas

**AGRICULTURAS**
EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

**AS·PTA**
agricultura familiar e agroecologia